

**FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE IBITINGA –
FAIBI**

CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Gabriela Maria Nery Rossi

Luana da Costa Catharim

A EJA: CONHECENDO PARA COMPREENDER

IBITINGA/SP

2022

Gabriela Maria Nery Rossi

Luana da Costa Catharim

A EJA: CONHECENDO PARA COMPREENDER

Monografia de Conclusão de Curso apresentada à
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ibitinga,
como requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciatura de Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dra. Maristela Gallo

IBITINGA/SP

2022

Rossi, Gabriela Maria Nery

R832e A EJA: Conhecendo para compreender / Gabriela Maria Nery Rossi,
Luana da Costa Catharim – Ibitinga, 2022.
66 p. : il.

Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura - Pedagogia) –
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ibitinga.
Orientadora: Maristela Gallo

1. História da EJA. 2. Evolução. 3. Aprendizado. I. Título.

CDD 374

Ficha catalográfica elaborada por Mayara Nunes

Bibliotecária - CRB-8/10461

Biblioteca Prof. Dr. Alberto Tosi Rodrigues da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ibitinga
Ibitinga/SP

Gabriela Maria Nery Rossi

Luana da Costa Catharim

EJA: EDUCAÇÃO PARA JOVENS ADULTOS

Monografia de Conclusão de Curso apresentada à
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ibitinga,
como requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciatura de Pedagogia.

Aprovado em: ____/____/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Maristela Gallo - Orientadora

Prof. Especialista André Luiz Zani

Prof^a. Ma. Patrícia Gomes Barca Ferrari

IBITINGA/SP

2022

Dedicamos a nossa família pela compreensão,
apoio e amor, pois sem eles e sua ajuda, não
alcançaríamos mais essa vitória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, pois sem ele não seria nada, ao meu pai Claudio, minha mãe Rosely e ao meu noivo Vinícius, pelo apoio incansável que me deram para concluir a graduação, mesmo quando estava exausta, eles foram os primeiros a falar que sabiam que iria conseguir e acreditaram em minha capacidade. E não menos importante ao meu sobrinho e afilhado Pedro, que tenho como um filho, é por ele que busco meu melhor sempre.

Ao Stitch que sempre me alegra e me dá ânimo quando eu estou cansada.

À minha amiga e companheira Luana, que aceitou embarcar nesse trabalho comigo, me dando broncas e acreditando que seríamos capazes de entregar a tempo e que somos boas no que fazemos, agradeço imensamente por estar caminhando ao meu lado, como a minha família que me apoiando e incentivando.

E não poderia deixar de citar a minha prima/orientadora, que aceitou orientar nosso trabalho no meio do caminho e solicitou para refazermos diversos pontos, pois, ela sabia que íamos conseguir. Obrigada Maristela por estar sempre nos apoiando.

Agradeço ainda a bibliotecária Mayara que nos ajudou sempre, com livros e artigos para a realização da nossa pesquisa e a todos os professores que me ensinaram com muita ética tudo sobre pedagogia e aos amigos que fiz na graduação, que levarei no coração.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente meu agradecimento é a Deus, pois sem Ele eu nada seria, me permitiu viver esse momento repleto de conquistas, realizações e desafios, em todos os momentos me concedeu sabedoria, e fé para que continuasse e concluísse até o fim.

A minha família que sempre foi meu alicerce, quando eu já não tinha mais forças para continuar e queria desistir. Agradeço pelo apoio e por acreditar em mim quando nem eu mais acreditava, vocês confiaram em mim e hoje esse mérito também é de vocês. Em especial a minha avó que hoje não está mais entre nós, mas que eu sei que estaria feliz com esse momento.

Ao meu noivo, e melhor amigo que me incentivou desde o início para que eu comesse o curso, me apoiando até a conclusão do mesmo, e acreditando que eu pudesse ser capaz.

A minha amiga e parceira Gabriela, que não é só uma amiga de TCC, mas uma amiga incrível, que sempre me apoiou e acreditou que poderíamos conseguir, apesar dos obstáculos que encaramos ao longo do caminho, sempre acreditamos uma na outra e no nosso projeto para que a conclusão pudesse dar certo.

A nossa orientadora Maristela, que embarcou conosco nessa aventura nos quarenta e cinco do segundo tempo, nos ajudando e nos amparando com seus conhecimentos.

Por fim e não menos importante as minhas amigas de sala de aula, e aos professores da faculdade que fizeram e vão fazer parte de mim ao longo de minha vida, cada um de vocês deixaram um pouco de si para sempre em mim.

“Tive sorte de ter bons professores e mestres. Chamo de professores aqueles que me ensinaram conteúdos e de mestres os que ajudaram a me construir como pessoa”.

Gusdorf

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os caminhos percorridos pela educação de jovens e adultos desde os tempos do Brasil - Colônia até atualidade, apontando os fatos que ocorreram dentro dos programas de alfabetização, a finalidade de cada movimento e porque alguns programas foram extintos. Objetiva também dissertar sobre a importância da EJA na vida das pessoas, que por algum motivo não tiveram oportunidade de concluir os estudos na idade certa. Notou-se durante a elaboração deste trabalho que aprender a ler e escrever vai muito além da decodificação de letras, é preciso ensinar a refletir sobre a realidade, ter autonomia, e levar em consideração a bagagem que o aluno traz consigo sabendo respeitar e usar isso para seu benefício e dessa forma, será possível uma educação de qualidade, já que esta modalidade gratuita irá preparar indivíduos para exercer plenamente sua cidadania, buscando realizações tanto pessoais quanto profissionais.

Palavras-chave: História da EJA. Evoluções. Aprendizado.

ABSTRACT

The present paper aims to show the paths taken by education of young and adults (in Portuguese “EJA”) since the times of Brazil Colony until the present days, pointing the facts that occurred inside the literacy programs, what is the goals of each movement and why some of the programs were extinguished. It also aims to discuss about the importance of EJA in the life of people that, for some reason, did not have the opportunity to finish their education at the properly age. We have noticed during the elaboration of this paper that learn how to read e write goes far beyond the decode of letters – is necessary to teach to reflect about reality, to have autonomy and to take into consideration the personal background that the student brings with him, knowing how to respect and use this to the student`s benefit. In this way quality education will be possible whereas this free modality will prepare the humans being to full exercise their citizenship, seeking both personal and professional achievements.

Key words: Education of young and adults history (“EJA” history). Evolutions. Learning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Idade dos alunos escola A.....	45
Figura 2: Idade dos alunos escola B.....	46
Figura 3: O sexo dos alunos - Escola A.....	46
Figura 4: O sexo dos alunos - Escola B.....	47
Figura 5: Pausa nos Estudos – Alunos da Escola A.....	47
Figura 6: Pausa nos Estudos – Alunos da Escola B.....	48
Figura 7: Motivo da Pausa – Alunos da escola A.	49
Figura 8: Motivo da Pausa – Alunos da escola B.....	49
Figura 9: Motivação para continuidade nos estudos – Alunos da Escola A.....	50
Figura 10: Motivação para continuidade nos estudos – Alunos da Escola B.....	50
Figura 11 – Contribuição dos estudos para a vida – Estudantes Escola A.....	51
Figura 12 – Contribuição dos estudos para a vida – Estudantes Escola B.....	51
Figura 13: Dificuldades encontradas no retorno escolar – Alunos da Escola A.....	52
Figura 14: Dificuldades encontradas no retorno escolar – Alunos da Escola B.....	52
Figura 15: Dificuldades de Aprender – Alunos da Escol A.....	53
Figura 16: Dificuldades de Aprender – Alunos da Escola B.....	54
Figura 17: Facilidade de aprender - Alunos da Escola A.....	55
Figura 18: Facilidade de aprender - Alunos da Escola B.....	55
Figura 19 – Continuidade nos Estudos – Alunos da Escola A.....	56
Figura 20 – Continuidade nos Estudos – Alunos da Escola B.....	56

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACISO – Programa de Ação Cívico Social

BNH – Banco Nacional de Habitação

CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CES – Centros de Estudos Supletivos

CFE – Conselho Federal de Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNER – Campanha Nacional de Educação Rural

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

EJA – Ensino de Jovens e Adultos

EJATEC – Educação de Jovens e Adultos com Técnico

ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos

ENEJAS – Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FEFIERJ – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro

FNEP – Fundo Nacional do Ensino Primário

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério de Educação e Cultura

MEC-USAID – Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MOVA – Movimento de Alfabetização

PAF – Programa de Alfabetização Funcional

PBA – Programa Brasil Alfabetizado

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PEI – Programa de Educação Integrada

PES – Programa de Ação Comunitária para a Saúde

PETRA – Programa de Educação Comunitária para o Trabalho

PNAC – Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

PRODAC – Programa de Desenvolvimento de Atividades Comunitárias

PROEJA – Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

SEA – Serviço de Educação de Adultos

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 O ÍNICIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	18
1.1 EJA no Brasil Colônia	18
1.2 Reforma Pombalina	19
1.3 O ensino no Brasil Império.....	20
1.4 Brasil República (1889).....	21
1.5 O PERÍODO DE 1920.....	21
1.6 A Era Vargas (1930-1945)	22
1.7 UM PERÍODO DE LUZES PARA OS ADULTOS	24
1.8 MILITARISMO	25
1.9 MOBRAL	26
1.10 FUNDAÇÃO EDUCAR	30
1.11 A redemocratização do Brasil e a Constituição Federal de 1988	31
1.12 LDB: o marco da EJA	33
2 A EJA NA ATUALIDADE	35
2.1 pós LDB 9.394/96: base curricular comum.....	35
2.2 novos programas de educação VOLTADOS para a eja	38
2.2.1 PROEJA	39
2.2.2 O ENCCEJA e suas características	40
2.2.3 EJATec.....	41
3 METODOLOGIA X PESQUISA.....	43
3.1 Desenvolvimento da pesquisa	44
4 SOBRE A PESQUISA.....	46
4.1 Análise e discussão dos dados obtidos	58

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	63
APÊNDICE – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DAS ESCOLAS A E B.	67

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz como tema a Educação de Jovens e Adultos, visto que esta modalidade de ensino é de extrema importância para o desenvolvimento da sociedade, pelo fato de dar oportunidade àqueles que não puderam estudar no período correto, para adquirir conhecimentos.

A importância desse assunto corrobora com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária para todos os cidadãos e também dá oportunidade aos que não tiveram acesso à educação por diversos fatores: adquirir os conhecimentos necessários para a vida em sociedade, para uma vida socioeconômica e cultural melhor, entre outros.

O objetivo desse trabalho é conhecer de modo mais específico essa modalidade de ensino, ou seja, conhecer sua história e as diversas campanhas desenvolvidas ao longo dos anos até os dias atuais.

O assunto foi abordado através de revisão de artigos e literatura, e com isso foi realizado a revisão bibliográfica para o desenvolvimento desse trabalho.

No primeiro capítulo foi apresentada a história da Educação de Jovens e Adultos, ou seja, a alfabetização de jovens e adultos que não se resume apenas ao ensino aprendizagem, mas sim, numa perspectiva de conhecimento e mudanças. Entretanto chegamos em pleno século XXI, com uma parcela considerável da população não alfabetizada.

Mas, para que ocorra a alfabetização, é necessário que os sujeitos tenham consciência de seus direitos e consigam conhecimentos para que reivindiquem seus direitos. O ensino de jovens e adultos precisa e deve ser encarado com seriedade, as leis devem ser devidamente interpretadas e devem ser buscadas estratégias para cumpri-las, e para isso é indispensável que o Estado se comprometa com uma política pública baseada na qualidade do ensino.

O capítulo dois tem como objetivo mostrar todo processo que o ensino percorreu ao longo dos anos até os dias atuais, e mostrar quais os projetos que foram implantados.

No terceiro capítulo foi feita uma pesquisa qualitativa e quantitativa em duas escolas de municípios diferentes, tendo por instrumento de pesquisa um questionário com dez questões,

na busca de conhecer de forma mais completa a realidade do aluno que está ingressando na modalidade de ensino EJA.

No quarto capítulo foi apresentado resultado da pesquisa, analisando e discutindo, com embasamento nos estudos realizados.

Para Richardson (1999), pesquisa é um processo de construção do conhecimento que tem por objetivo gerar novos conhecimentos ou refutá-los, constituindo um processo de aprendizado tanto do indivíduo que a realiza, quanto da sociedade, na qual está sendo desenvolvida.

1 O INÍCIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Este capítulo tem como finalidade apresentar o estudo sobre o início da história da Educação de Jovens e Adultos (EJA), buscando compreender sua trajetória, suas mudanças, bem como o desenvolvimento e retrocesso que a modalidade de ensino sofreu ao longo do tempo.

A EJA é uma modalidade de ensino de Educação Básica que tem por objetivo incluir, na escola, jovens e adultos que, por algum motivo, não tiveram oportunidade de acesso ou conclusão de seus estudos na idade apropriada.

Tal modalidade se constitui como um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, que apresenta em seu artigo 208, §1º: “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos aqueles que não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL, 1988, p. 207).

Como direito constitucional, é obrigatoriedade do Estado disponibilizar o ensino fundamental a todos, ainda que fora do período etário comum.

1.1 EJA NO BRASIL COLÔNIA

Para Paiva (1987) a origem estimada do EJA, com a primeira prática educativa destinada ao ensino de pessoas jovens e adultos em terras brasileiras, tenha se dada pelos padres jesuítas em 1549.

No período do Brasil Colônia, já existia a alfabetização de jovens e adultos, cujo ensino era religioso, catequisado pelos jesuítas que também ensinavam normas de comportamento e os ofícios básicos visando o funcionamento da economia colonial.

Fausto (1995) destaca que a primeira ação planejada de aprendizagem foi o ensino das primeiras letras aos índios como um episódio de alfabetização. Mais tarde, essa ação educativa missionária foi estendida aos escravos negros, também em idade adulta.

1.2 REFORMA POMBALINA

Segundo Maciel e Shigunov Neto (2006) a partir do século XVI “praticamente, dois séculos de domínio do método educacional jesuítico, que termina no século XVIII, com a Reforma de Pombal, que o ensino passa a ser responsabilidade da coroa portuguesa”, antes disso não havia responsabilização por parte da monarquia.

Serrão (1982) e Almeida (2000) destacam que o ódio do Marquês de Pombal aos jesuítas ficou expresso em documentos oficiais da época. Nesse sentido, Carvalho (1978, p. 32) afirma que

[...] o tão celebrado ódio do Marquês de Pombal à Companhia de Jesus não decorreu dos prejuízos opiniáticos de uma posição sistemática previamente traçada. Fatores vários e complexos, de ordem social, política e ideológica, influíram decisivamente na evolução de uma questão que ainda hoje apaixona e obnubila a visão dos espíritos mais esclarecidos. Na brevidade desta forma de ideal político nacional a conservação da união cristã e da sociedade civil se condensa toda uma filosofia com objetivos claramente definidos, responsável, aliás, de certa forma, tanto pelas virtudes quanto pelos vícios do despotismo imperante.

As principais medidas implantadas pelo marquês em 1759, foram:

Total destruição da organização da educação jesuítica e sua metodologia de ensino, tanto no Brasil quanto em Portugal; instituição de aulas de gramática latina, de grego e de retórica; criação do cargo de 'diretor de estudos' pretendia-se que fosse um órgão administrativo de orientação e fiscalização do ensino; introdução das aulas régias aulas isoladas que substituíram o curso secundário de humanidades criado pelos jesuítas; realização de concurso para escolha de professores para ministrarem as aulas régias; aprovação e instituição das aulas de comércio. (MACIEL, SHIGUNOV NETO, 2006, p. 470)

Rocha (2005) destaca que Pombal demorou 13 anos para tentar substituir dois séculos de trabalho jesuítico e, nem com o “subsídio literário” criado por ele, não foi possível de arrecadar recursos necessários.

Em 1759 aconteceu a expulsão dos jesuítas, entretanto em 1808 com a chegada da família real a educação de adultos entrou em falência, pois, a responsabilidade pela educação acaba ficando às margens do império (STRELHOW, 2010).

Com a expulsão dos jesuítas, as escolas se tornaram elitista, ou seja, para pessoas de posse de muitos bens e títulos, excluindo os negros, indígenas e principalmente mulheres.

1.3 O ENSINO NO BRASIL IMPÉRIO

O Brasil se tornou então Império em 1822 e a família Real começou a governar o país, deste modo todo o poder e tomada de decisões era somente do rei.

Em 1824, o Brasil teve a elaboração de sua primeira Constituição, sob forte influência europeia, que trouxe garantia de uma “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”, incluindo os adultos, todavia durante o período imperial pouco ou nada foi feito nesse sentido, já que não ultrapassou o limite de uma intenção legal.

Mesmo com a determinação constitucional da implantação de uma escola de qualidade para todos, seu avanço foi lento ao longo da nossa história, tendo sido interpretada a proposta como um direito apenas para as crianças. A distância entre o que foi proclamado e o que foi realizado, começou a agravar outros fatores:

Em primeiro lugar, porque no período do império só possuía cidadania, uma pequena parcela da população pertencente à elite econômica a qual se admitia administrar a educação primária como direito. Em segundo porque o ato adicional de 1834, ao delegar responsabilidade por essa educação básica às províncias, reservou ao governo imperial os direitos sobre a educação das elites, praticamente delegando a instância administrativa com menores recursos o papel de educar a maioria mais carente. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 109).

Com o Ato Adicional em 1834, a responsabilidade da instrução primária e secundária, destinada a todos, passa a ser responsabilidade das províncias; contudo nesse período a educação de jovens e adultos era um ato de caridade das pessoas letradas em relação aos leigos, ou seja, a alfabetização para essas pessoas não era um direito e sim um ato de filantropia.

Durante a época do Brasil Império, algumas reformas educacionais ocorreram e preconizavam a necessidade do ensino noturno para adultos analfabetos. Em 1876, foi escrito um relatório, pelo ministro José Bento da Cunha Figueiredo, apontando a existência de 200 mil alunos frequentes às aulas noturnas, considerando que durante muito tempo, as escolas noturnas se constituíram a única forma de educação de adultos praticada no país.

Nas palavras de Beisiegel (1974, p. 43):

[...] no Brasil, na colônia e mesmo depois, nas primeiras fases do Império [...] é a posse da propriedade que determina as limitações de aplicação das doutrinas liberais: e são os interesses radicados na propriedade dos meios de produção colonial [...] que estabelecem os conteúdos específicos dessas doutrinas no país. O que há realmente peculiar no liberalismo no Brasil, durante este período, e nestas circunstâncias, é mesmo a estreiteza das faixas de população abrangidas nos benefícios

consubstanciados nas formulações universais em que os interesses dominantes se exprimem.

1.4 BRASIL REPÚBLICA (1889)

No final do século XIX ocorre um marco importante na mudança da ordem política e social brasileira, com o advento da República em 15/11/1889. Queiroz (2007) relata que aquele momento representou uma mudança política radical. Os governadores seriam escolhidos através de eleições e teriam mandatos definidos.

Entre 1879 até o final do século XIX, já como Brasil República, foi garantida a formação das elites em prejuízo de uma educação para várias camadas sociais marginalizadas. Novamente as decisões relativas à oferta de ensino elementar ficaram dependentes da fragilidade financeira das Províncias e dos interesses das oligarquias regionais que as controlavam politicamente.

A constituição republicana, constituía-se na exclusão de adultos analfabetos na votação, sem considerar, que a maioria dos adultos eram analfabetos.

Sob estas discussões a constituição republicana foi construindo-se e em 1891, o que era ruim ficou ainda pior, o voto foi restrito a pessoas letradas e com posses, uma pequena minoria. Agora estava garantida na lei a discriminação e exclusão da pessoa analfabeta. Ao invés de evoluir para uma democracia, reduzia-se a uma República domina por poucos. (STRELHOW, 2010, p. 51-52)

Já no início do século XX, houve uma grande preocupação em erradicar o analfabetismo, pois acreditava-se que o mesmo era um dos principais fatores que impedia o desenvolvimento do país. (STRELHOW, 2010).

Nota-se que desde o período colonial, a educação brasileira sempre esteve em segundo plano, principalmente aos adultos, o que gerou um grande índice de pessoas analfabetas.

1.5 O PERÍODO DE 1920

Em 1922, foi realizado um Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em prol da ampliação do número de escolas e melhoras de sua qualidade, implementando a partir daí políticas públicas para a educação de jovens adultos.

Os renovadores da educação passaram a exigir que o Estado se responsabilizasse definitivamente pela prestação desses serviços, ao levar em consideração os baixos índices de escolarização que o país mantinha, quando este era comparado aos outros países da América Latina e do resto do mundo. Estes dados fazem com que a educação escolar passe a ser uma

preocupação permanente da população e das autoridades brasileiras. Esse pensamento político pedagógico ocorreu ao final da Primeira República e está associada ao processo de mudança social, início da industrialização e a aceleração da urbanização do Brasil.

[...] ao direito de educação que já se afirmara nas leis do Brasil, com as garantias do ensino primário gratuito para todos os cidadãos, virá agora associar-se, da mesma forma como ocorrera em outros países, a noção de um dever do futuro cidadão para com a sociedade, um dever educacional de preparar-se para o exercício das responsabilidades da cidadania. (BEISIEGEL, 1974, p. 63)

1.6 A ERA VARGAS (1930-1945)

Foi a partir da década de 1930 que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou a desenvolver. Um advento importante para isso foi a constituição de 1934, que propôs um Plano Nacional de Educação em que a responsabilidade do ensino primário integral, gratuito e obrigatório passa a ser do Estado, incluindo a oferta de Educação aos adultos. (HADDAD; PIERRO, 2000).

A década de 40 foi marcada por algumas iniciativas políticas e pedagógicas que ampliaram a educação de jovens e adultos: a criação e a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP); a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP); o surgimento das primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo; o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), e outros. Este conjunto de iniciativas permitiu que a educação de Adultos se firmasse como uma questão nacional. Ao mesmo tempo, os movimentos interacionais e organizações como a UNESCO, exerceram influência positiva, reconhecendo os trabalhos que vinham sendo realizados no Brasil e estimulando a criação de programas nacionais de adultos analfabetos. (LOPES; SOUSA, 2010 *apud* ZUCCO; GARCIA, 2013, p. 15)

Em 1937 foi criado o INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - através de estudos e pesquisas e em 1942 criou se o Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), cujos recursos são utilizados para a realização de uma campanha com a ampliação da educação primária que inclui também o Ensino Supletivo para os adolescentes e adultos (CEAA).

Com o final do Estado Novo de Vargas, em 1945, foi dado início a um movimento de fortalecimento dos princípios democráticos no país. Com a criação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), ocorreu, então, por parte desta, a solicitação aos países integrantes (e entre eles, o Brasil) de se educar os adultos analfabetos.

Em 1946, o Brasil passava por mudanças em seu projeto político e econômico, de um sistema agrícola rural para um modelo industrial, o que demandava maior número de mão de obra. Esse contexto fez com que, em 1947, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) organiza

a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), com objetivos que influenciavam tanto o meio rural quanto o urbano, com a finalidade de atender ao mercado de trabalho. Nesse mesmo ano, foi realizado 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos. Outra iniciativa de grande relevância foi Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) que ocorreu entre 1952 a 1956 e tinha como finalidade a promoção do desenvolvimento das comunidades rurais brasileiras. (ZUCCO; GARCIA, 2013).

Devido a isso, em 1947, o governo lançou a 1ª Campanha de Educação de Adultos, propondo: alfabetização dos adultos analfabetos do país em três meses, oferecimento de um curso primário em duas etapas de sete meses, a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. Abriu-se, então, a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil. Nessa época, o analfabetismo era visto como causa (e não como efeito) do escasso desenvolvimento brasileiro. Além disso, o adulto analfabeto era identificado como elemento incapaz e marginal psicológica e socialmente, submetido à menoridade econômica, política e jurídica, não podendo, então, votar ou ser votado (CUNHA, 1999).

Ainda em 1947 o Serviço de Educação de Adultos (SEA), como serviço especial do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde, tem por finalidade a reorientação e coordenação geral dos trabalhos dos planos anuais do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos. Uma série de atividades foram desenvolvidas a partir da criação desse órgão, integrando os serviços já existentes na área, produzindo e distribuindo material didático, mobilizando a opinião pública, bem como os governos estaduais e municipais e a iniciativa particular (HADDAD; PIERRO, 2000).

Outro movimento em favor da educação de adultos, que também nasceu em 1947 com a coordenação do Serviço de Educação de Adultos e permaneceu até fins da década de 1950, foi denominada Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA. Sua influência foi significativa, principalmente por criar uma infraestrutura nos estados e municípios para atender à educação de jovens e adultos, posteriormente preservada pelas administrações locais. Duas outras campanhas ainda foram organizadas pelo Ministério da Educação e Cultura: uma em 1952 – a Campanha Nacional de Educação Rural –, e outra, em 1958 – a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, porém, ambas tiveram vida curta e pouco realizaram.

Toda a dedicação empreendida durante as décadas de 1940 e 1950 teve como resultado a queda nos índices de analfabetismo das pessoas acima de cinco anos de idade para 46,7% no ano de 1960. Os níveis de escolarização da população brasileira permaneceram, no entanto, em patamares reduzidos quando comparadas à média dos países do primeiro mundo e mesmo de vários dos vizinhos latino-americanos. Nesse momento o analfabetismo era apontado como uma causa da marginalização e pobreza, advindo de uma estrutura social não igualitária.

Ocorreu também uma severa perseguição em relação às lideranças estudantis, aos professores universitários, tendo cassados seus direitos políticos ou então tolhidos no exercício de suas funções.

1.7 UM PERÍODO DE LUZES PARA OS ADULTOS

Paulo Freire tinha a percepção que alfabetização e educação se confundem. A alfabetização tem o objetivo de ensinar a escrever e a ler. O Governo em 1963, encarregou Paulo Freire de desenvolver e organizar um Programa Nacional de Alfabetização de Adultos.

Já em 1958, quando da realização do II Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro, ainda no contexto da CEAA, percebia-se uma grande preocupação dos educadores em redefinir as características específicas e um espaço próprio para essa modalidade de ensino. Reconhecia-se que a atuação dos educadores de adultos, apesar de organizada como subsistema próprio, reproduzia, de fato, as mesmas ações e características da educação infantil. Até então, o adulto não-escolarizado era percebido como um ser imaturo e ignorante, que deveria ser atualizado com os mesmos conteúdos formais da escola primária, percepção esta que reforçava o preconceito contra o analfabeto (PAIVA, 1973, p. 209).

O congresso buscava repercutir a nova forma do pensar pedagógico com adultos. No seminário regional realizado em Recife e com a presença do professor Paulo Freire, questionava ao congresso:

[...] a indispensabilidade da consciência do processo de desenvolvimento por parte do povo e da emersão deste povo na vida pública nacional como interferente em todo o trabalho de elaboração, participação e decisão responsáveis em todos os momentos da vida pública; sugeriam os pernambucanos a revisão dos transplantes que agiram sobre o nosso sistema educativo, a organização de cursos que correspondessem à realidade existencial dos alunos, o desenvolvimento de um trabalho educativo “com” o homem e não “para” o homem, a criação de grupos de estudo e de ação dentro do espírito de auto-governo, o desenvolvimento de uma mentalidade nova no educador, que deveria passar a sentir-se participante no trabalho de soerguimento do país; propunham, finalmente, a renovação dos métodos e processos educativos, substituindo o discurso

pela discussão e utilizando as modernas técnicas de educação de grupos com a ajuda de recursos audiovisuais. (PAIVA, 1973, p. 210)

Tema esses que acabaram prevalecendo somente no II Congresso, que marca novamente um novo momento no pensar dos educadores, e vem para confrontar velhas ideias e preconceitos.

[...] marcava o Congresso o início de um novo período na educação de adultos no Brasil, aquele que se caracterizou pela intensa busca de maior eficiência metodológica e por inovações importantes neste terreno, pela reintrodução da reflexão sobre o social no pensamento pedagógico brasileiro e pelos esforços realizados pelos mais diversos grupos em favor da educação da população adulta para a participação na vida política da Nação. (PAIVA, 1973, p. 210).

Essa renovação pedagógica deve ser considerada apesar da turbulência do processo político daquele momento histórico. Houve buscas de grupos junto as camadas populares para encontrar formas de sustentação política para suas propostas.

A educação, sem dúvida alguma, e de maneira privilegiada, era a prática social que melhor se oferecia a tais mecanismos, não só por sua face pedagógica, mas também, e principalmente, por suas características de prática política. (HADDAD; PIERRO, 2000, p. 112).

Esse período foi um grande marco de importância dos adultos para a sociedade, onde entende-se que é de direito de todo cidadão ter acesso aos conhecimentos.

1.8 MILITARISMO

Em 1964 com o golpe militar, ocorre a ruptura política dos movimentos de educação e cultura, pois a proposta de Freire era vista como ameaça. Tais movimentos foram reprimidos, seus líderes perseguidos e os ideais censurados. As conquistas da Educação sofrem um retrocesso, inclusive a pedagogia freiriana.

A educação, a partir do golpe, passa a ser utilizada como instrumento de controle social. (STERELHOW, 2010).

O Programa Nacional de Alfabetização, foi interrompido, dando fim às lideranças e, os materiais sendo aprendidos, tendo Paulo Freire exilado.

Havia ainda a necessidade de dar respostas a um direito de cidadania cada vez mais identificado como legítimo, mediante estratégias que atendessem também aos interesses hegemônicos do modelo socioeconômico implementado pelo regime militar. (HADDAD; PIERRO, 2000, p. 114)

Com os militares no poder, foram criadas respostas para aquelas mobilizações, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) passa ser o programa de alfabetização mais rico que o país já teve. Mas segundo Refufels (apud Niskier, 1989, p. 371-372):

O governo não queria, de fato, educar ninguém. O que se desejava era preparar mão-de-obra para o mercado, sem espírito crítico. Como se sabe, em educação, se desvirtuamos a capacidade crítica do homem, ele não terá a motivação necessária para desenvolver sua alfabetização em 5 meses, como se propunha o programa.

A educação que se estendeu até o dia 15/03/1985 durante o período ditatorial, tinha caráter tecnicista, ou seja, uma formação voltada para a mão de obra do mercado de trabalho, realizando a preparação do indivíduo. Neste caso, tinha em vista o aprendizado, o interesse e adaptação do aluno no meio profissional, modelo já existente e copiado das fábricas e indústrias, fazendo da educação um processo de burocratização, conforme Aranha (1996, p. 183):

Como todo o processo que predominam práticas administrativas, a tendência tecnicista privilegia as funções de planejar, organizar, dirigir e controlar, intensificando a burocratização que leva à divisão do trabalho.

Beluzo e Toniosso (2015) reforça que na educação tecnicista o principal conceito é a racionalização dos recursos e o processo define também o que os alunos e os professores deverão realizar nos procedimentos do processo educacional.

[...] na pedagogia tecnicista o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais (SAVIANI, 2008, p. 382).

Exemplificando de uma melhor forma a tendencia tecnicista, e sua racionalização pode-se afirmar também que:

A tendência tecnicista em educação resulta da tentativa de aplicar na escola o modelo empresarial, que se baseia na “racionalização”, própria do sistema de produção capitalista. (ARANHA, 1996, p. 213).

1.9 MOBRAL

O Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral - surgiu no dia 15 de dezembro de 1967, de acordo com a Lei nº 5.379, quando o governo assumiu o controle da alfabetização de adultos voltando-a para a faixa etária de 15 a 30 anos. Meses depois, foi designada a comissão que seria encarregada de elaborar os estatutos da instituição. Neste mesmo ano, no dia 29 de

março os estatutos do Mobral foram aprovados, segundo o Decreto de nº 62.484 (RANGEL, 2011, p. 14).

Segundo o Decreto-Lei de nº 665 artigo 8º, a presidência da instituição do Mobral passa a ser nomeada pelo próprio presidente da República.

Segundo Niskier (1989, p. 368), “para que a instituição continuasse a progredir tinham que mantê-la com recursos que vinham de contribuições de parte da arrecadação da Loteria Esportiva e de 1% dos impostos de renda da população jurídica.”

O foco inicial do MOBREAL era alfabetizar os indivíduos entre 15 e 35 anos; contudo, a partir do ano de 1974, a população não alfabetizada entre 9 e 14 anos de idade foi incluída no programa. O primeiro presidente do MOBREAL, Mário Henrique Simonsen, declarou, à época, que até o final da década de 1970 todos os indivíduos com até 35 anos de idade estariam alfabetizados, erradicando-se o problema nessa faixa etária, o chamado ‘milagre brasileiro’. Educadores como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Célia da Rocha Reufels criticavam o Mobral por acreditar que seu método ‘produzia males’ e os alunos não conseguiriam ser alfabetizados de fato. Apesar disso, o movimento recebeu importantes prêmios, dentre os quais da UNESCO (BELUZO; TONIOSSO, 2015).

Como toda instituição, possui objetivos gerais, os do Mobral eram:

[...] proporcionar alternativa educacional, através de atendimento numa linha de autodidaxia, às camadas menos favorecidas da população; e ampliar a atuação do Posto Cultural, imprimindo-lhe características de uma agência de educação permanente, com programas voltados para um aperfeiçoamento constante da população. (CORRÊA, 1979, p. 358 apud RANGEL, 2011, p. 14).

Da mesma forma, o Mobral possuía também alguns objetivos específicos:

[...] possibilitar a aquisição/ampliação de conhecimentos, tomando-se como base o Programa de Educação Integrada e o reingresso no sistema regular de ensino; e colocar ao alcance da clientela materiais que despertem e favoreçam o desenvolvimento de mecanismos necessários a uma educação permanente, proporcionando ao alfabetizador, já atuante, aprimoramento profissional (CORRÊA, 1979, p. 358 apud RANGEL, 2011, p. 14).

Segundo Aranha (1996, p. 207), pode-se dizer que eram praticamente os mesmos adotados por Paulo Freire, porém, de maneira deformada e com algumas particularidades, pois o governo oferecia o seu avesso; portanto não muito completo, pois se utilizava do método das fichas de leitura, mas não considerava o conhecimento prévio do aluno e tampouco existia o processo de conscientização, tão defendido pelo educador Paulo Freire.

Acredita-se que o “método” de Paulo Freire e o MOBRAL baseiam-se em filosofias e metodologias totalmente opostas - enquanto o primeiro procura partir dos conhecimentos prévios dos alunos, levando em consideração suas experiências de vida, suas particularidades, e a partir destes pontos ocorre o trabalho com os conteúdos de ensino, no segundo, houve uma massificação e imposição dos conteúdos, sem atentar às diferenças regionais e singularidades dos alunos (HORIGUTI, 2009, p. 04).

Conforme destaca Beluzo e Toniosso (2015) no decorrer da década de 1970, o Mobral teve uma considerável expansão, tanto na continuidade de sua proposta como na área territorial alcançada, além de também ter sido reconhecida, como de grande importância pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), o que possibilitou a efetivação de diversos acordos de cooperações técnicas de alfabetização com outros países, como Paraguai, Bolívia, Jamaica, Senegal, Guatemala e Espanha, entre outros.

Com o passar dos anos, o MOBRAL se expandiu de forma tal que acrescentou outras atividades a seu antigo sistema. A experiência brasileira foi reconhecida pela UNESCO e sua importância realçada. (NISKIER, 1989, p. 368).

Com a consolidação do Mobral, muitas foram as críticas realizadas às suas propostas por educadores como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Célia da Rocha Reufels (NISKIER, 1989, p. 369-371).

De acordo com Beluzo e Toniosso (2015) os educadores criticavam os métodos de alfabetização utilizados, dizendo que os mesmos, produziam males; que os alunos voltariam a ser analfabetos e que o governo não queria educar nenhum indivíduo. Porém, o Mobral também foi muito reconhecido com alguns prêmios, entre eles o Prêmio Mohammad Reza Pahlavi, outorgado pela UNESCO em 1973; o Prêmio Internacional Iraque de Alfabetização, de 1982; a Menção Honrosa, pela Associação Internacional para a Leitura da UNESCO, em 1983.

Ainda na década de 70, segundo Porcaro (2007), a Lei n. 5692, de 1971, no que se refere às Diretrizes e Bases da Educação Nacional, implantou o ensino supletivo para jovens e adultos, que passou a ser reconhecido como um direito de cidadania, apesar de não ser oferecido na dimensão necessária para atender à demanda então existente por este segmento de ensino.

Durante o período militar, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, sendo organizada em capítulo exclusivo da Lei nº 5.692/71, intitulado ensino supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecida com função do supletivo suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham conseguido ou concluído na idade própria.” (VIEIRA, 2004, p. 40 apud LOPES; SOUZA, 2010, p. 06).

Segundo Romanelli (2005, p. 196), ocorreria uma reforma no ensino de alfabetização através de assistência técnica e cooperações financeiras internacionais. No ano de 1974, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) propôs a implantação dos CES (Centros de Estudos Supletivos) que se organizam em função do tempo, do custo e principalmente da efetividade. Neste contexto, ocorreu também a assinatura de inúmeros acordos MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development).

Foi desenvolvida então uma nova política: a de diversificação de propostas, com a implementação de alguns programas, segundo Niskier (1989, p. 370), o PRODAC (Programa de Desenvolvimento de Atividades Comunitárias), ACISO (Programa de Ação Cívico Social), PAF (Programa de Alfabetização Funcional), PEI (Programa de Educação Integrada), Programa de Autodidatismo, Programa Cultural, Programa de profissionalização, PETRA (Programa de Educação Comunitária para o Trabalho), PES (Programa de Ação Comunitária para a Saúde) e os balcões e postos de empregos. Além destes Programas, também foram assinados alguns convênios: LBA (Legião Brasileira de Assistência), FEFIERJ (Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro) e houve a criação da Mobralteca.

As finalidades do Mobral foram alteradas, anunciando que sua política passaria a dar prioridade às ações comunitárias e aberturas políticas às experiências de alfabetização desenvolvidas de maneira mais crítica.

Em 1980, o presidente do MOBREAL anunciou que seria modificada toda a política da instituição, passando ela a dar prioridade à ação comunitária, principalmente nas áreas de educação, cultura, saúde, nutrição, saneamento, treinamento profissional, lazer, ecologia e previdência social (NISKIER, 1989, p. 370).

Segundo Arlindo Lopes Corrêa - presidente do Mobral no ano de 1974 - o Mobral já havia extinguido o analfabetismo, porque o mesmo se reduziria a taxa internacional para a erradicação total do analfabetismo, que compunha o valor de 11%. Esta taxa não foi aceita, tendo sido contestada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), LBA (Legião Brasileira de Assistência) e o BNH (Banco Nacional de Habitação), que eram contra as novas finalidades e os objetivos da instituição do Mobral (BELUZO; TONIOSSO, 2015)

Segundo NISKIER (1989, p. 371):

o ensino a adultos continuou, porém o ensino básico, mais precisamente o pré-escolar, passou a ser prioridade do Mobral, quando em 31 de março de 1981 o então presidente da instituição foi exonerado do cargo e com a nomeação de um novo presidente o trabalho do Mobral passou a ser suplementar e complementar. Desta forma, um ano após a nova nomeação do presidente, em 1982 as novas finalidades e objetivos do

Mobral eram atender a 400 mil crianças de 04 a 06 anos no programa pré-escolar e 1 milhão e 700 mil adolescentes e adultos no programa supletivo.

Em 1985 o Brasil contava com cerca de aproximadamente 30 milhões de jovens e adultos analfabetos, porém neste mesmo ano o Mobral foi extinto e substituído pela Fundação Educar. Esta nova instituição era como se fosse uma extensão do Mobral, com um novo nome e uma significativa mudança dos métodos de ação.

Segundo Vicente Barreto, professor e presidente do Mobral, responsável pelas mudanças ocorridas na transformação do Mobral em Fundação Educar, acreditava-se que a Fundação era uma solução para o ensino básico, mesmo que para isso necessitasse de uma reformulação geral das estruturas e adequação das condições da Fundação. Conforme Niskier (1989, p. 482-483) a nova presidência:

[...] promoveu o acesso a metodologias alternativas e mais modernas, requalificando o corpo docente, dignificando a sua formação, reforçando as estruturas municipais, resgatando a sua função educativa e valorizando o magistério.

Pelo fato de que a criação e a implementação de um programa de alfabetização e educação básica para jovens e adultos era necessário, de acordo com o Decreto n.º 91.980 de 25 de novembro de 1985 (RANGEL, 2011, p. 15) foi determinado que o Mobral passaria a ser denominada “Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos– Educar”, destinado às pessoas que foram privadas do ensino educacional por qualquer que seja o motivo.

Art. 1.º – A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL, instituída pelo Decreto n.º 62.455, de 22 de março de 1968, nos termos do Art. 4.º da Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, passa a denominar-se Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar, com o objetivo de fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente (BRASIL, 1985 apud NISKIER, 1989, p. 484).

1.10 FUNDAÇÃO EDUCAR

Nos anos 80 foi possível implantar a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar), vinculada ao Ministério da Educação, que ofertava apoio técnico e financeiro às iniciativas de alfabetização existentes (VIEIRA, 2004). Criada pelo Decreto n. 92.374, de 06/02/86, no início do Governo Sarney, designado como Nova República”, em substituição ao MOBREAL.

A Fundação Educar, diferentemente do Mobral, não poderia ser considerada como um órgão executivo, mas sim de apoio e fomento às diferentes propostas de Educação de Jovens e Adultos.

Posteriormente, ocorreu a transformação do Mobral em Fundação Educar, a Educação de Jovens e Adultos se tornou reconhecida mundialmente, com uma crescente preocupação com a erradicação do analfabetismo.

Por meio de acordos, buscava uma reforma no ensino, que envolvesse não somente o poder público, mas a contribuição da sociedade em geral tendo em vista o processo de universalização do ensino que se intensifica no final da década de 1980, quando a legislação definiu a educação básica como gratuita e obrigatória, que se estende também à EJA (BELUZO; TONIOSSO, 2015).

1.11 A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Em 1988 com a promulgação de uma nova Constituição Federal, ampliou-se o dever do Estado para o ensino de jovens e adultos e definiu a obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental para toda a população, assim como a necessidade de colaboração da sociedade neste processo, conforme definido no artigo 205 (BELUZO; TONIOSSO, 2015).

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para os exercícios da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 99).

Definido ainda na Constituição Federal, a educação também se tornou referência na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9394 de 20 de dezembro de 1996,

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p. 27).

Para Beluzo e Toniosso (2015) no que se refere à educação de jovens e adultos, a LDB deixou explícito que esta modalidade de ensino tem enraizado um caráter de educação inclusiva e compensatória, sendo necessário ocorrer um maior investimento por parte do Estado para elevar o índice de ensino da população, conforme indicado no artigo 37:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (BRASIL, 1996, p. 42)

Em 1991 o MEC cria o PNAC (Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania), no qual deixou claro que a responsabilidade pela execução do programa não é apenas do poder público, mas da sociedade em geral.

O PNAC tem como objetivo proclamado de mobilizar a sociedade em prol da alfabetização de crianças, jovens e adultos por meio de comissões envolvendo órgãos governamentais e não-governamentais (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 66).

De acordo com Rangel (2011, p. 16) o PNAC tinha o [...] objetivo de fazer uma grande mobilização no país para reduzir em até 70% o número de analfabetos até 1995.

Foram realizadas desde 1949 até os dias de hoje, seis CONFINTEAS, com crescente número de participantes em todas as conferências, que aconteceram em diferentes lugares do mundo: Elsinore - Dinamarca, Montreal - Canadá, Tóquio - Japão, Paris - França, Hamburgo - Alemanha e a última conferência em Belém - Brasil. Estas Conferências Internacionais tem como principais objetivos:

1. Avançar o reconhecimento da aprendizagem e educação de adultos como elemento importante para a aprendizagem ao longo da vida, da qual alfabetização é o alicerce;
2. Destacar o papel crucial da aprendizagem e educação de adultos para alcançar as atuais agendas internacionais de educação e desenvolvimento (EFA, MDGs', UNLD, LIFE e DESD);
3. Renovar o impulso e compromisso políticos e desenvolver as ferramentas para a implementação para que movamos da retórica para a ação. (IRELAND, 2013, p. 205-206)

Com a implementação dos Fóruns Estaduais de EJA, que fez com que o MEC institísse uma Comissão Nacional voltada para esta modalidade de ensino, com a recomendação de que cada Estado deveria realizar um encontro para que se pudesse diagnosticar as metas e ações necessárias. A realização deste encontro foi vista de maneira positiva pelas instituições envolvidas, que decidiram dar continuidade a eles anualmente, o que ocorreu com um número cada vez maior de participantes (BELUZO; TOSSIOSSO, 2015).

Durante a década de 1990, o governo federal incumbiu os municípios de articular a política nacional do Ensino para Jovens e Adultos, realizando parcerias entre os Fóruns de EJA, que foram criados em 1997 como espaços de encontros e ações permanentes, em parcerias com diferentes segmentos envolvidos, os quais tinham os seguintes objetivos: troca de experiências, diálogos entre as diferentes instituições e um ambiente onde planejam e organizam encaminhamentos educacionais em comum.

A maneira como esses Fóruns se mantêm tem sido um desafio, pois não existe pessoa jurídica que receba ou repasse recursos, sendo que a participação se dá por adesão (PORCARO, 2007, p. 05).

Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos tomaram forma, passando a ser registrados em um Boletim da Ação Educativa, além da participação e audiências do Conselho Nacional de Educação. A partir do ano de 1999, todo o país passa a promover os ENEJAS, que são os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos, com a principal finalidade de aprofundar o interesse e as mudanças na educação de jovens e adultos, fazendo com que cresça o interesse pela educação e que o direito de todos seja reconhecido (BELUZO; TOSSIOSSO, 2015).

Durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, desenvolveu-se o PBA - Programa Brasil Alfabetizado, cujo objetivo principal era superar o analfabetismo, que abrangia jovens e adultos, contribuindo assim para a universalização do ensino fundamental no Brasil. De acordo com LOPES; SOUSA (2010, p. 08),

[...] Para cumprir essa meta foi lançado o Programa Brasil Alfabetizado, por meio do qual o MEC contribuirá com os órgãos públicos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos que desenvolvam ações de alfabetização.

As metas de erradicar o analfabetismo acabaram não ocorrendo no período previsto e, sendo assim houve uma reorganização do PBA por meio do Decreto n.º 6.093, de 24 de abril de 2007, em que se estabeleceu novos critérios visando a universalização da Educação de Jovens e Adultos a todos os cidadãos brasileiros.

Segundo Beluzo, Tossiosso (2015) no contexto histórico de início do século XXI verifica-se que a proposta do Programa Brasil Alfabetizado vai ao encontro do que é determinado pela Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 205, a qual define a educação como sendo responsabilidade não apenas do Estado, mas da sociedade como um todo.

1.12 LDB: O MARCO DA EJA

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi debatida e elaborada no contexto de redemocratização do país logo após a queda do Estado Novo (1937-1945). A promulgação da LDB ocorreu somente em 1961, com o n.º 4.024, e duas vezes reformulada: pela Lei n.º 5.692/1971 e pela Lei n.º 9.394/1996 (BRASIL, 1996).

Segundo Marchelli (2014), o período de formulação da LDB/1961 e sua tramitação política deu-se entre os anos de 1947 e 1961 à sombra de um conflito de interesses envolvendo por um lado, os liberais escola novistas que defendiam a escola pública e a centralização do

processo educativo pela União e, por outro, os católicos cujo mote era a escola privada e a não interferência do Estado nos negócios educacionais.

Reforça-se que a educação nacional sempre esteve voltada para os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade que tem por finalidade a preservação dos direitos e deveres individuais, da família, das instituições sociais e do estado (Art. 1º, item a), tanto liberais quanto conservadores foram contemplados em relação aos seus desejos historicamente instituídos.

Conforme se pretendeu no primeiro projeto de Lei de LDB 9.394/96, apresentado pelo Deputado Federal Otávio Elísio, o 2º grau era visto da seguinte forma:

A educação escolar de 2º grau será ministrada apenas na língua nacional e tem por objetivo propiciar aos adolescentes a formação politécnica necessária à compreensão teórica e prática dos fundamentos científicos das múltiplas técnicas utilizadas no processo produtivo (BRASIL, 1991, apud FRIGOTTO; et al, 2005).

Já o autor Saviani tem a visão de que a educação escolar teria o papel preponderante de oportunizar aos estudantes, através dos fundamentos científicos e tecnológicos, a oportunidade de reconstruir, através da atividade prática, politécnica, esses princípios científicos gerais a fim de compreenderem os processos que dão base aos sistemas de produção em cada momento histórico (FLORES; MELO, 2015).

Havia ainda os defensores da redução de gastos do governo e a consequente delegação ao setor privado na oferta da educação, além do Estado, claro. A lógica neoliberal prevaleceu e a iniciativa privada pode atuar livremente na educação em todos os níveis, conforme garantido pela Constituição Federal de 1988 e ratificado, posteriormente, pela LDB 9394/96.

Segundo Brasil (2001), as leis da LDB (1996) asseguram que a Educação de Jovens e Adultos tenha:

[...]Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental. [...] Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter curricular. [...]

2 A EJA NA ATUALIDADE

Neste segundo capítulo serão apresentadas as mudanças e evoluções da educação de jovens e adultos desde seu começo até os dias atuais. Serão ainda apresentadas as Diretrizes Curriculares Nacionais existentes na EJA.

2.1 PÓS LDB 9.394/96: BASE CURRICULAR COMUM

Segundo Marchelli (2014) conforme visto, desde o período da concepção e aprovação da primeira LBD, passando pela sua substituição em 1996 pela nova Lei de Diretrizes e Bases, até as últimas atualizações, a produção de ideias sobre o currículo no Brasil avançou substancialmente e o poder público assumiu seu papel com a publicação em 1998 dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que foram reformulados em 2010 pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

Em relação à ideia de base comum, cabe aqui analisar determinados conteúdos pertencentes Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013), os quais se apresentam com força de despacho legal e tiveram um grande volume de apreciações avaliativas e críticas.

As Diretrizes da Educação Básica tem como objetivo integrar as três etapas seguintes desse nível da escolarização, que comporta a educação infantil, o ensino fundamental de nove anos e o ensino médio em um único todo dentro dos sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, propondo princípios de organicidade, sequencialidade e articulação para a formação dos alunos, considerados a partir de sua dimensão humana de sujeitos concretos, integrados ao meio ambiente físico e ao contexto histórico e cultural da sociedade, com suas condições corporais, emocionais e intelectuais.

Para tanto, as Diretrizes entendem o currículo em termos de duas partes fundamentais e interdependentes, a primeira delas voltada para a formação básica comum dos alunos e a outra para a formação geral diversificada. A base nacional comum definida pela LDB de 1996 compreende a língua portuguesa, a matemática, as ciências naturais e sociais com a inclusão na última de estudos sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena, a arte em suas diferentes formas de expressão que incluem também a música, a educação física e o ensino

religioso, que são designados como saberes “gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas e exercício da cidadania; nos movimentos sociais, [...]” (BRASIL, 2013, p. 31-32).

É preciso destacar que a base nacional comum e a parte diversificada não podem se constituir como dois blocos distintos de disciplinas específicas. A definição das relações entre essas partes foram objetos de vários pareceres emitidos pelo atual Conselho Nacional de Educação (CNE), criado em 1995 em substituição ao antigo CFE. O documento sobre as diretrizes do ensino básico explica que uma síntese dos pareceres emitidos pode ser vista na seguinte passagem:

[...] a base nacional comum interage com a parte diversificada, no âmago do processo de constituição de conhecimentos e valores das crianças, jovens e adultos, evidenciando a importância da participação de todos os segmentos da escola no processo de elaboração da proposta da instituição que deve nos termos da lei, utilizar a parte diversificada para enriquecer e complementar a base nacional comum. [...] tanto a base nacional comum quanto a parte diversificada são fundamentais para que o currículo faça sentido como um todo (PARECER CNE/CEB. Apud BRASIL, 2013, p. 32).

Com base na legislação vigente, compete aos órgãos normativos do sistema educacional brasileiro produziu orientações quanto aos estudos e às atividades correspondentes à parte diversificada do ensino fundamental e médio. A LDB de 1996 determinou como componente necessário da parte diversificada o estudo de pelo menos uma língua estrangeira moderna, sem especificar qual deva ser. A escolha da língua estrangeira, bem como a dos demais componentes são prerrogativas da comunidade escolar, que dentro das suas possibilidades considera as características locais, regionais, nacionais e transnacionais, levando em conta as demandas do mundo do trabalho e da globalização econômica.

Outras leis específicas a partir da LDB atual determinam que a parte diversificada deve incluir sob a forma de componentes não disciplinares temas relativos ao meio ambiente, à condição e direito do idoso e ao trânsito. As tecnologias de informação e comunicação devem ser assuntos presentes na proposta de ensino das escolas desde a educação infantil até o ensino médio, perpassando transversalmente seus currículos de forma a articular a base comum com a parte diversificada.

Macheli (2014), entretanto, salienta que à vista dessas considerações, pode-se dizer que mesmo diante do grande avanço das produções teóricas sobre o currículo, observadas desde a

época da LDB/1961, os problemas postos atualmente não são divergentes daqueles associados ao passado. Tome-se o exemplo do CFE e dos conselhos estaduais que compreenderam os princípios da liberdade de ensino consignados pela LDB do seu tempo como uma anuência para recomendarem apenas temas gerais sobre a matéria das disciplinas obrigatórias e optativas, deixando para os estabelecimentos escolares e para os professores a parte mais difícil relacionada à definição dos conteúdos específicos de programas. Algo semelhante se passa hoje, quando as diretrizes da educação básica determinam que a escolha dos conteúdos das disciplinas da parte diversificada seja definida pelas escolas segundo suas características locais e regionais. O problema está na condição reconhecidamente limitada que as escolas possuem de conseguir transformar os temas regionais e locais em áreas do conhecimento, disciplinas ou eixos temáticos condizentes com as premissas da teoria curricular a elas proposta.

Referente a base comum, as diretrizes não são claras quanto aos princípios a serem adotados pelos professores para diferenciar os componentes curriculares em termos de áreas do conhecimento, disciplinas ou eixos temáticos, de forma que na prática essa diversificação parece pouco provável, até mesmo complexa demais para ser exequível. Os temas regionais e locais que segundo as diretrizes devem fornecer elementos para o trabalho pedagógico da escola, para serem consistentes com premissas sérias das teorias curriculares que precisam antes passar pelo crivo da pesquisa científica, o que nem sempre é possível.

Dessa forma, o currículo torna-se empobrecido diante da obrigatoriedade de contemplar temas sobre os quais as informações disponíveis não permitem mais que abordagens genéricas e simplificadas por parte dos professores (MACHELLI, 2014).

Entretanto, complementam as Diretrizes (2010, p. 14), “a educação para todos não é viabilizada por decreto, resolução, portaria ou similar”. A educação não depende somente da prescrição de atividades de ensino ou do estabelecimento de parâmetros e diretrizes curriculares, mas principalmente da ação convicta de todos para vê-la como um direito decorrente de dinâmicas sociais próprias. O Brasil é carente em relação a uma melhor aproximação entre a lógica do discurso normativo e a construção social da realidade sistêmica da educação, carência está expressa pela consideração de que:

[...] não se implantarão propostas inovadoras listando o que teremos de inovar, listando as competências que os educadores devem aprender e montando cursos de treinamento para formá-los. É [...] no campo da formação de profissionais de Educação Básica onde mais abundam as leis e os pareceres dos conselhos, os palpites fáceis de cada novo governante, das equipes técnicas, e até das agências de financiamento, nacionais e internacionais (ARROYO, 1999, p. 150).

2.2 NOVOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO VOLTADOS PARA A EJA

Em 2003 o Governo Federal criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, lançando então o Programa Brasil Alfabetizado, nele incluídos o Projeto Escola de Fábrica (voltado para cursos de formação profissional), o PROJOVEM (com enfoque central na qualificação para o trabalho unindo a implementação de ações comunitárias) e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA) (VIEIRA, 2004).

Desde então, surgiram muitos estudos que ajudaram a desenvolver novos métodos de estudo, conforme Sterelhow (2010, p. 55-56).

A partir daí então, começou a ausência do governo federal nos projetos de alfabetização. Os municípios passam a assumir a função da educação de jovens e adultos. Paralelamente, foram feitas muitas experiências de universidades, movimentos sociais e organizações não-governamentais em relação à educação. Há uma imensa pluralidade de práticas metodológicas baseadas em descobertas, linguísticas, psicológicas e educativas recentes (como os estudos de Emília Ferrero), que contribuíram para a criação de métodos de alfabetização.

Como envolvimento das universidades e dos movimentos sociais novos métodos de ensino foram descobertos, o envolvimento de linguistas e psicólogos foi importante para a criação dos métodos mais recentes, conforme destacado acima.

Lopes e Sousa (2010), contudo, destacam que a educação foi pouco beneficiada passando por grandes problemas, no que se refere ao ensino de qualidade, " no início dessa década, surgiu o Movimento de Alfabetização (Mova), que pretendia trabalhar a alfabetização a partir da situação socioeconômica dos alfabetizandos (STRELHOW, 2010).

Em janeiro de 2003, o MEC anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria prioridade do Governo Federal para erradicar o analfabetismo. Criou-se então o Programa Brasil Alfabetizado, que inicialmente apresentou características de uma campanha com ênfase no trabalho voluntário, visando erradicar o analfabetismo em quatro anos e atuando sobre uma população de 20 milhões de pessoas (LOPES; SOUSA, 2010).

No entanto, em 2004, com a mudança do Ministro de Educação, o programa foi reformulado, retirando-se a meta de erradicar o analfabetismo de 4 anos e a duração dos projetos de alfabetização foi ampliada em 2 meses, de 4 meses para 8 meses. (STEPHANOU; BASTOS apud STELHOW, 2010, p. 56)

2.2.1 PROEJA

A EJA passa a ser reconhecida como um direito de acesso à educação formal do grande contingente da população que não teve condições de concluir os estudos, possibilitando ainda o também acesso à Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, através do PROEJA (FLORES; MELLO, 2015).

Flores e Melo (2015), salientam ainda que a política do PROEJA foi criada para incluir os adultos que foram previamente excluídos do processo de escolarização formal em idade apropriada, exclusão essa, fruto de uma contradição que, na maioria dos casos, é externa ao fenômeno educativo, oriunda de uma exclusão inerente ao processo de produção capitalista.

Os Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Integrada na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos integram as disciplinas do Ensino Médio e as do eixo técnico. Portanto, não faz sentido um estudante com Ensino Médio completo ser admitido nessa modalidade, visto que o IFBA oferece curso técnico em modalidade específica – subsequente – justamente para atender esse público que, embora possua o Ensino Médio, carece de qualificação profissional. Além disso, o curso do PROEJA tem duração de 04 anos, enquanto do subsequente são apenas 04 semestres

No site oficial da Instituição, consta:

Os cursos do PROEJA (...) têm duração de 4 anos e oferecem formação profissional juntamente com o Ensino Médio. Ou seja, o estudante cursará todas as disciplinas do Ensino Médio, como Português, Matemática, História, Geografia, Química, Física e Biologia, além das disciplinas da formação profissional específica (IFBA, 2013).

Para Flores e Mello (2015) o PROEJA surge como a possibilidade de uma educação integral para restaurar o direito à educação que foi negado à parcela significativa da população brasileira, representando um marco na história educacional e resgatando um longo período em que a educação serviu para atender apenas aos interesses da classe detentora do poder. Esta parte do princípio de uma educação profissional como formação integral do sujeito para atuar de forma consciente, crítica e ética na sociedade em que vive, compreendendo o mundo do trabalho sem ficar voltado somente para ele.

[...] O que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar, na busca de melhoria das condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A

perspectiva precisa ser, portanto, de formação na ida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele (BRASIL, 2007, p. 13).

Para Frigotto et al (2005), pela concepção de formação integrada deve-se superar o ser humano repartido historicamente pela divisão social do trabalho, entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir e planejar. Trata-se de ir além da preparação para o trabalho, reduzida ao seu aspecto operacional, simplificado, sem explorar os conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social.

2.2.2 O ENCCEJA e suas características

O Exame Nacional Para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) é uma prova do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP - para obtenção dos certificados do Ensino fundamental e médio. No ano de 2002, o ENCCEJA surgiu como uma ferramenta de avaliação de participantes que não estavam frequentando regularmente as escolas e pretendiam obter o certificado (BRASIL, 2012).

O INEP transferiu a certificação do Ensino Médio para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2009, tendo o mesmo critério de idade e exigindo do participante nota superior a 450 pontos em cada prova objetiva e 500 na redação. Para certificação do ensino médio, o ENCCEJA ficou restrito a brasileiros no exterior. Em 2017, o Ministério da Educação (MEC) decidiu adotar novamente o ENCCEJA para certificação do ensino médio. O motivo é que o Enem se tornou uma porta de entrada para a universidade, não sendo o melhor meio de avaliar os conhecimentos dos participantes que desejam concluir a educação básica. (BRASIL, 2018)

Segundo Brasil (2018, p. 60), “o ENCCEJA é uma avaliação para aferição de competências, habilidades e saberes de jovens e adultos residentes no Brasil, em nível de conclusão do ensino fundamental ou ensino médio”. Em âmbito nacional e no exterior, o ENCCEJA pode ser realizado para pleitear certificação no nível de conclusão do ensino fundamental e ensino médio. Para certificação do ensino fundamental, é preciso ter, no mínimo, 15 anos completos na data de realização do exame. A certificação do ensino médio exige a idade mínima de 18 anos completos no dia de aplicação da prova.

Para Serrão (2014), ao analisar o ENCCEJA, pondera que por ser um exame nacional que possibilita a certificação de conclusão de estudos do ensino fundamental e médio,

justificaria um debate acerca das oportunidades democráticas educacionais com o tema da avaliação educacional.

Segundo Acosta (2018), o ENEM e hoje o ENCCEJA adquiriram uma enorme proporção de participantes, sendo considerado umas das principais portas de entrada para o ensino profissionalizante e posteriormente à educação superior.

2.2.3 EJATec

Para a parcela de jovens e adultos trabalhadores que são alunos da rede, a Seduc/SP preparou algo mais específico e unitário: o Programa EJATEC.

O Governo do Estado de São Paulo cita que:

O EJATEC é uma das modalidades do Novo Ensino Médio para a Educação de Jovens e Adultos. O programa conecta a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com a Educação Profissional em EAD, visando aumentar a empregabilidade dos estudantes e estimular a continuidade dos estudos.

Brasil (2021) ressalta que o EJATEC está inserido em um dos cursos do Novotec, fomentados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e, além disso, é um projeto que tem o apoio do Banco Itaú e que segue sendo implantado em vários outros estados do país.

O programa traz no currículo que 80% das aulas serão na plataforma moodle on-line e 20% presenciais, para realizações de avaliações e esclarecimentos de dúvidas. A plataforma disponibiliza ao estudante, todo o material didático e possui a mediação pedagógica de um professor, sendo um programa inteiramente gratuito.

Outra oportunidade de ensino que a EJA oferece ao aluno, é o curso Técnico Integrado EJA, enquanto cursa o ensino médio, pode realizar a formação técnica ao mesmo tempo. A grade curricular do curso técnico integrado divide as disciplinas que compõem a base curricular do Ensino Médio com as matérias técnicas e teóricas do curso técnico, com o aluno podendo realizar estágios durante o curso. O curso em si, visa contemplar uma formação diversificada e atualizada, capaz de preparar o estudante para os desafios do mercado profissional.

Uma nova modalidade de ensino também disponível é o curso EJA Profissionalizante, que é disponível no SESI, curso com aulas on-line e encontros presenciais. O curso profissionalizante faz parte da grade de ensino, em que o aluno concluinte do Ensino Médio

também estará apto a atuar no mercado de trabalho, ou seja, é possível observar que a EJA sempre está disposta a preparar cada vez mais o aluno para os desafios do mercado profissional.

3 METODOLOGIA X PESQUISA

Para Oliveira (1997, p. 56) “[...] a Metodologia estuda os meios ou métodos de investigação do pensamento concreto e do pensamento verdadeiro, e procura estabelecer a diferença entre o que é verdadeiro e o que não é, entre o que é real e o que é ficção”.

Richardson (2008, p. 22), sobre o conceito de método afirma que:

[...] o método científico é o caminho da ciência para chegar a um objetivo. A metodologia são as regras estabelecidas para um método científico, por exemplo: a necessidade de observar, a necessidade de formular hipóteses, a elaboração de instrumentos etc.

Os autores acima citados, Oliveira (1997) e Richardson (2008), definem metodologia como um conjunto de métodos utilizados para esclarecer ou explicar melhor um conceito, e método como sendo procedimento indicado que determina a realização de determinados objetivos, assim a metodologia por sua vez, estuda os métodos determinando qual é o mais adequado para se aplicar em uma investigação ou trabalho.

Esta pesquisa iniciou-se pela revisão bibliográfica na busca de fazer uma breve revisão da literatura sobre o assunto a ser estudado.

Para Köche (1997, p. 122), a pesquisa bibliográfica identifica o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para compreender ou explicar o problema objeto da investigação.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza, segundo Severino (2007, p. 122), a partir do:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrado. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Também foi utilizada a pesquisa de campo, definida por Gonçalves (2001, p.67):

A pesquisa de campo, é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador, precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]

3.1 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Reconhecida a temática pretendida, após a leitura, compreende-se ser necessário realizar uma pesquisa mais detalhada, a fim de conhecer a realidade dos sujeitos envolvidos.

Para isso, a abordagem utilizada foi a pesquisa quanti-qualitativa que para Creswell (2007) o pesquisador busca estabelecer o significado de um fenômeno a partir do ponto de vista dos participantes, implicando na identificação do grupo que compartilha cultura, bem como o estudo de como se desenvolveu padrões comuns de comportamento com o passar do tempo (ou seja, a etnografia).

Na coleta de dados, um dos principais elementos foi observar o comportamento dos participantes em suas atividades.

Técnica qualitativa: alegações de conhecimento construtivista, projeto etnográfico e observação de comportamento (CRESWELL, 2007, p. 37)

Já a pesquisa quantitativa para o mesmo autor, inclui uma quantidade substancial de literatura no começo de um estudo para dar direção às questões ou hipóteses de pesquisa, e no final do estudo para comparar os resultados do estudo com os resultados existentes na literatura.

Ao planejar um estudo quantitativo, a literatura é sempre usada no começo do estudo para apresentar um problema ou para descrever em detalhes a literatura existente em uma seção intitulada “literatura relacionada” ou “revisão de literatura”, ou algo similar (CRESWELL, 2007, p. 47)

A pesquisa quantitativa, para Richardson, “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto das modalidades de coleta de informação, quanto do tratamento delas por meio de técnicas estatísticas” (RICHARDSON, 1999, p. 70).

Neste trabalho o procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa de campo por meio da coleta de dados com questionário semiestruturado.

Para Andrade (2001), o desenvolvimento de uma pesquisa de campo exige um planejamento geral e um plano específico para a coleta de dados, bem como um relatório escrito das várias etapas da pesquisa, incluindo os resultados obtidos.

O questionário deve ser representativo de um determinado universo de modo que seus dados possam ser generalizados e projetados para aquele universo. A pesquisa qualitativa tratou da análise dos dados levantados a partir do questionário.

Andrade (2001) ressalta que as técnicas de pesquisa de campo são:

A pesquisa de campo utiliza técnicas específicas, que tem o objetivo de reconhecer e registrar, de maneira ordenada, os dados sobre o assunto em estudo. As técnicas específicas da pesquisa de campo são aquelas que integram o rol da documentação direta: a observação direta e entrevista. Quanto a técnica de entrevista, por sua importância e complexidade, será tratada, mais detalhadamente, a seguir.

Para aplicar a pesquisa foram escolhidas duas escolas da rede estadual de ensino, uma em Itápolis e outra em Ibitinga, que atendem a modalidade de ensino EJA.

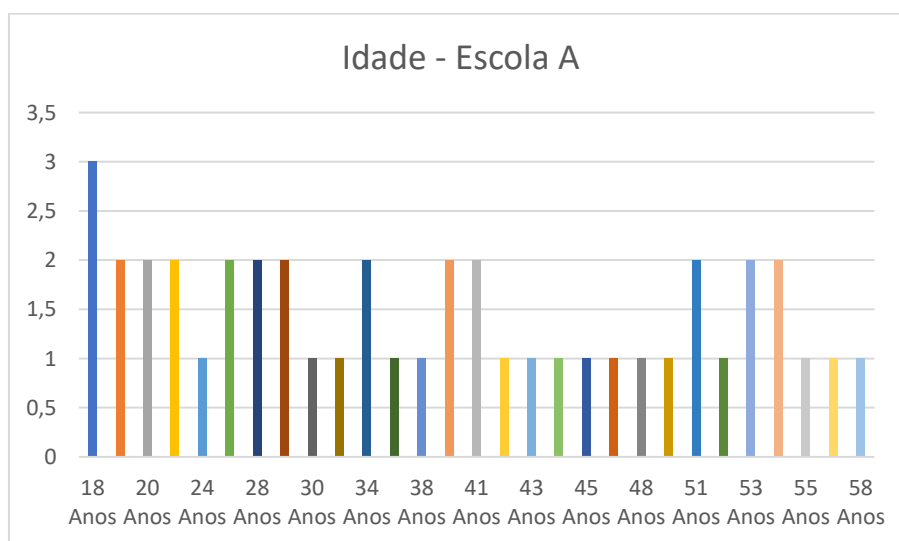
4 SOBRE A PESQUISA

A pesquisa foi realizada em duas escolas da rede estadual de ensino, sendo uma da cidade de Itápolis e outra da cidade de Ibitinga, ambas possuem perfis diversificados e atendem alunos EJA, cabe ainda destacar que a pesquisa foi feita com um total de 61 alunos das duas instituições de ensino.

A tabulação dos gráficos, obtidos a partir das respostas dos alunos, bem como sua análise, serão apresentadas neste capítulo. Foram realizadas diversas perguntas, as quais foram divididas por instituição de ensino, desta forma serão apresentados dois gráficos diferentes para a mesma pergunta, sendo divididos nas então denominadas “Escola A” e “Escola B”.

A primeira pergunta realizada aos alunos foi “Quantos anos você tem?”, sendo apresentadas nos gráficos abaixo as respostas recebidas:

Figura 1: Idade dos alunos escola A. Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).



Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).

Figura 2: Idade dos alunos escola B.

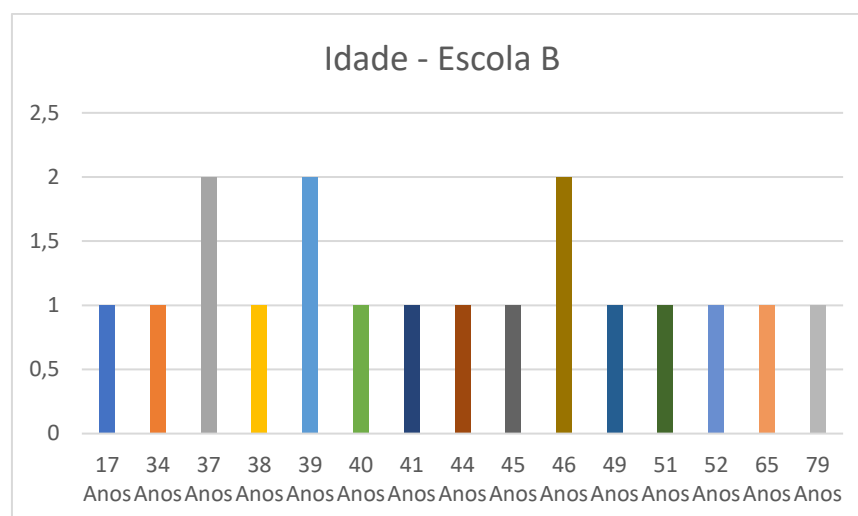
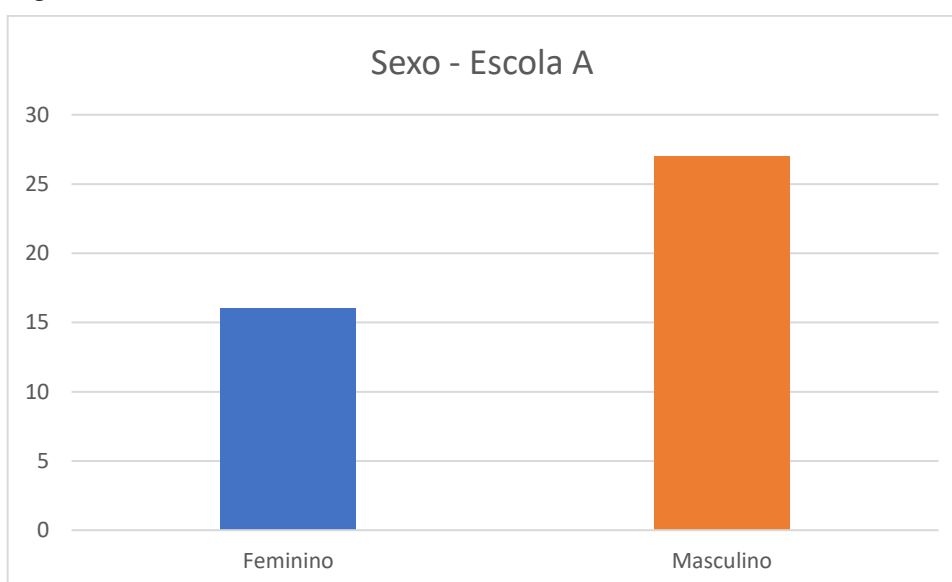


Figura 2: Idade dos alunos escola B. Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).

Os gráficos acima, demonstram que em ambas as escolas há grande diversidade da faixa etária dos alunos que frequentam a EJA. Enquanto na escola A boa parte dos estudantes possui 18, 20, 28, 41, 51, 53 anos; na escola B o maior número de estudantes EJA tem 37, 39 e 46 anos.

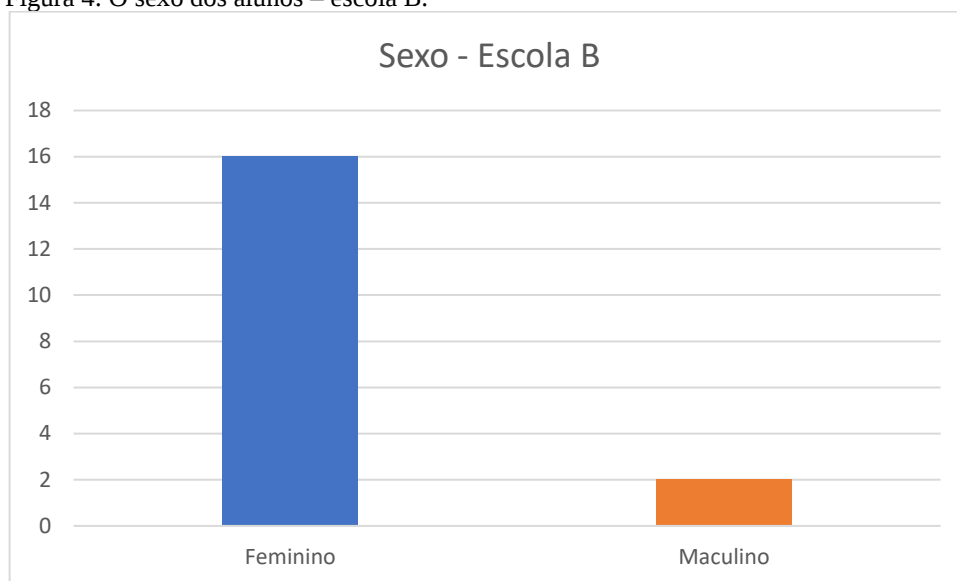
A segunda pergunta feita foi a respeito do sexo dos alunos e as respostas foram apresentadas nos gráficos abaixo:

Figura 3: O sexo dos alunos – Escola A



Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).

Figura 4: O sexo dos alunos – escola B.

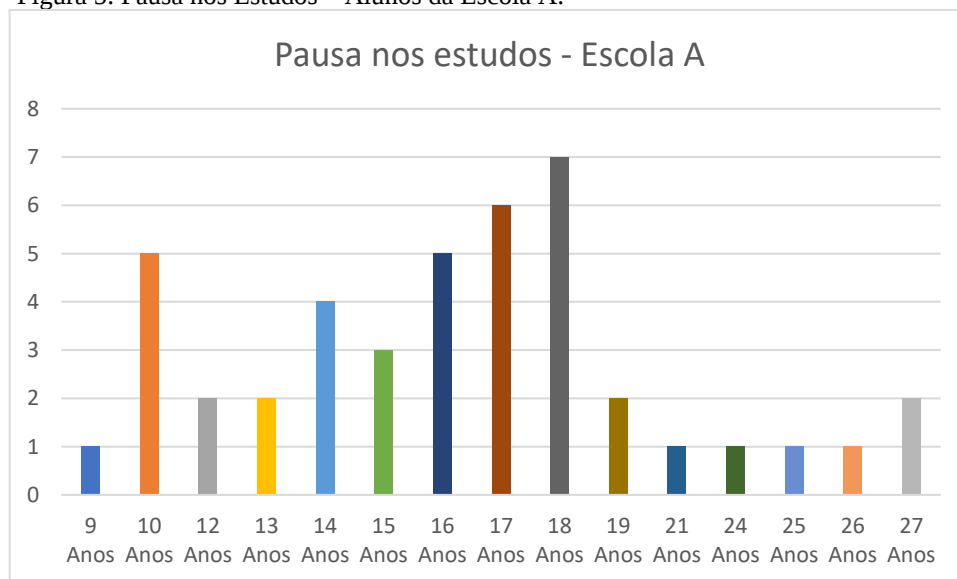


Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).

Analisando o resultado dos gráficos da escola A e B é possível notar uma considerável diferença entre as escolas, enquanto na Escola A a maioria dos alunos EJA é homem, na escola B a maioria dos estudantes EJA são mulheres.

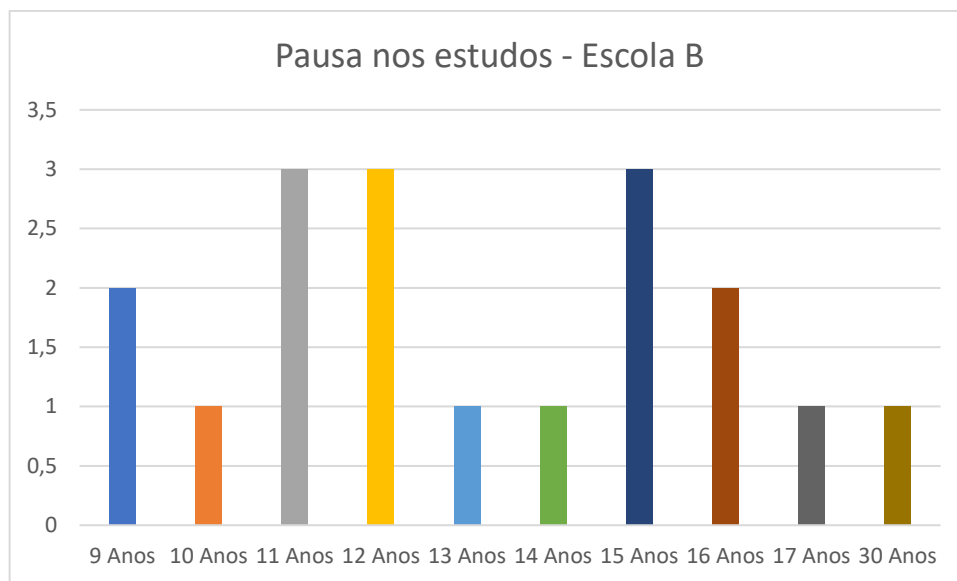
Na terceira pergunta o principal objetivo era verificar a idade em que o aluno parou de estudar. As respostas obtidas são apresentadas abaixo:

Figura 5: Pausa nos Estudos – Alunos da Escola A.



Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).

Figura 6: Pausa nos Estudos – Alunos da Escola B.



Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).

Em ambas as escolas os resultados apontam que a maioria dos alunos pararam de estudar quando ainda estavam vivendo o período de infância de sua vida.

Para Beisiegel (1974), a garantia do ensino primário gratuito, para todos os cidadãos, firmados por leis no Brasil, e analisando os dados recebidos conclui-se que o direito legal foi assegurado.

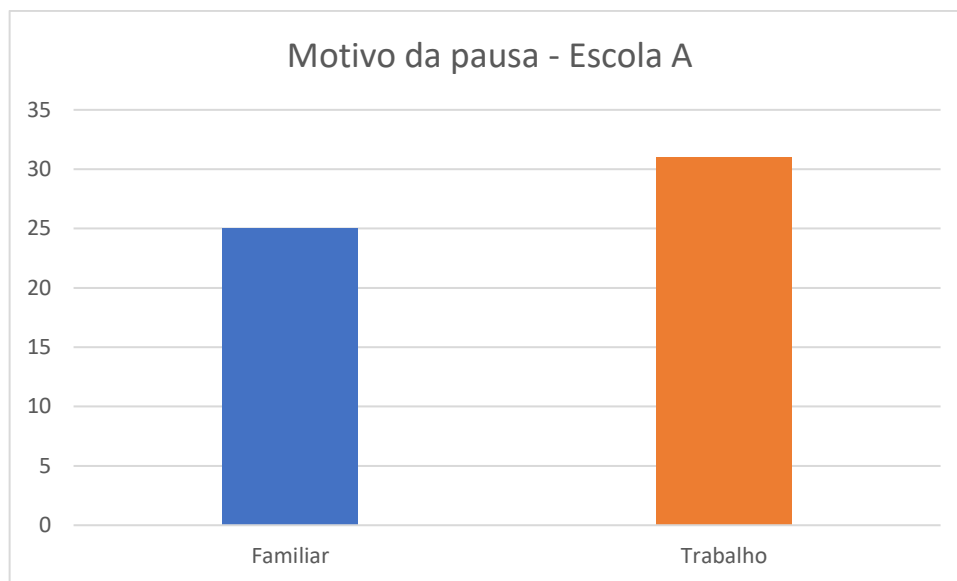
Entretanto, analisando os dados, verifica-se que apesar do asseguramento legal existir há muito tempo, a maioria dos alunos, tanto na escola A quanto na escola, B fizeram a pausa dos estudos depois do ensino primário que lhes era assegurado.

Ainda na coleta de dados, na quarta questão realizada, as pesquisadoras questionaram cada aluno a respeito dos motivos que os levaram a pausar seus estudos, para assim conhecer a realidade individual de cada um dos estudantes participantes da pesquisa.

Os motivos foram divididos em dois: trabalho e familiares, visando trazer respostas objetivas para a questão, que facilitassem a coleta de dados, visto que respostas subjetivas prejudicariam a quantificação dos dados.

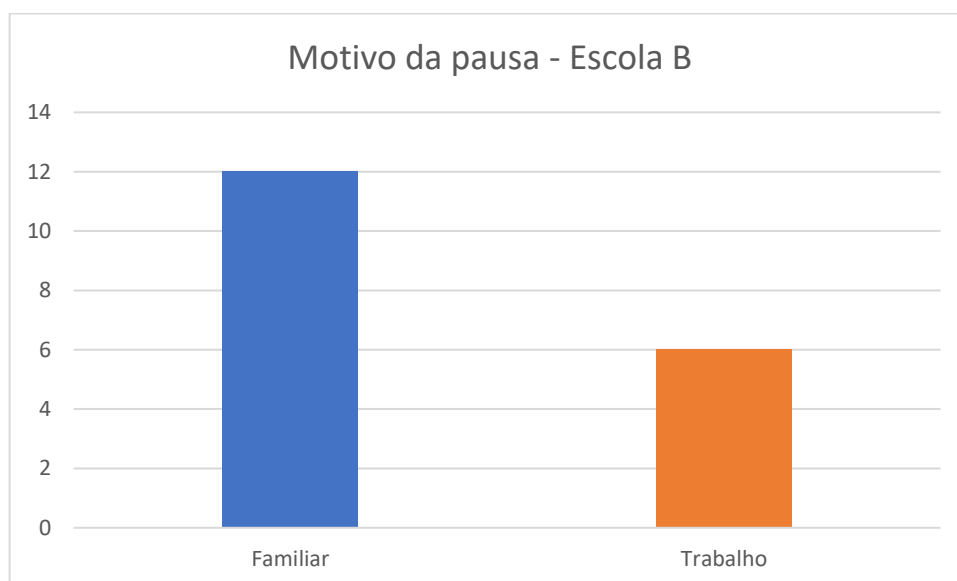
Abaixo apresentam-se as respostas dadas pelos alunos das escolas A e B para a pergunta acima explicada:

Figura 7: Motivo da Pausa – Alunos da escola A.



Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).

Figura 8: Motivo da Pausa – Alunos da escola B.



Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).

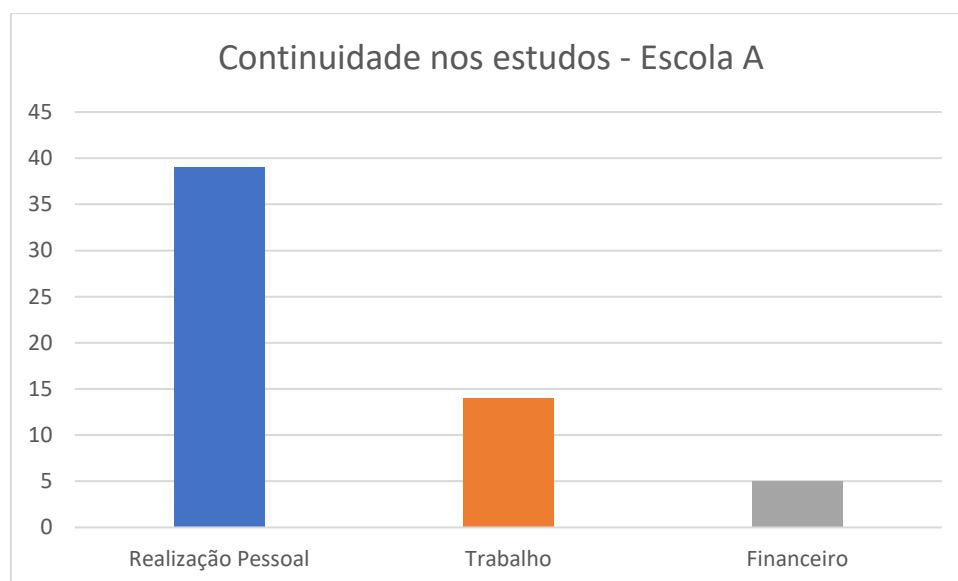
Novamente os dados são totalmente divergentes entre as instituições, sendo que os estudantes da escola A, em sua maioria, realizaram a pausa devido a trabalho, já na escola B os motivos familiares foram a causa da evasão escolar.

Conforme Aranha (1996) ressalta a educação no período ditatorial, era de formação voltada para a mão de obra no mercado no trabalho, com isso, preparando o indivíduo para tal. O ensino tinha como aprendizado, o interesse de adaptação profissional, copiando assim,

modelo de fábricas e indústrias numa tendência tecnicista que privilegiava as funções de planejar, organizar, dirigir e controlar, intensificando a burocratização que leva à divisão do trabalho. Nota-se que o motivo na escola B foi por questões familiares, porém, é preciso considerar que a maioria dos alunos dessa escola, considerando que são do sexo feminino o que leva a hipótese de que o motivo possa ter sido de um casamento e/ou nascimento de um filho.

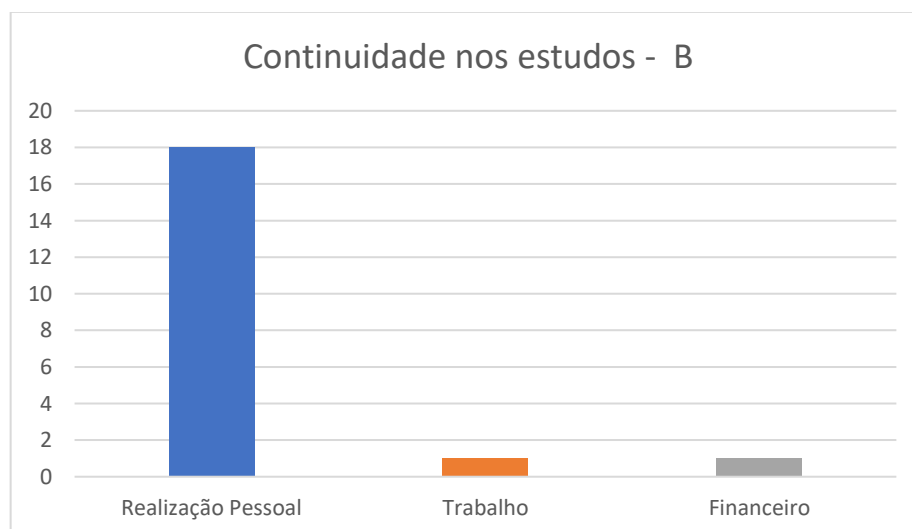
Na quinta questão as pesquisadoras buscaram entender quais motivos trouxeram os alunos de volta para o ambiente escolar, apresentando os seguintes resultados:

Figura 9: Motivação para continuidade nos estudos – Alunos da Escola A.



Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).

Figura 10: Motivação para continuidade nos estudos – Alunos da Escola B

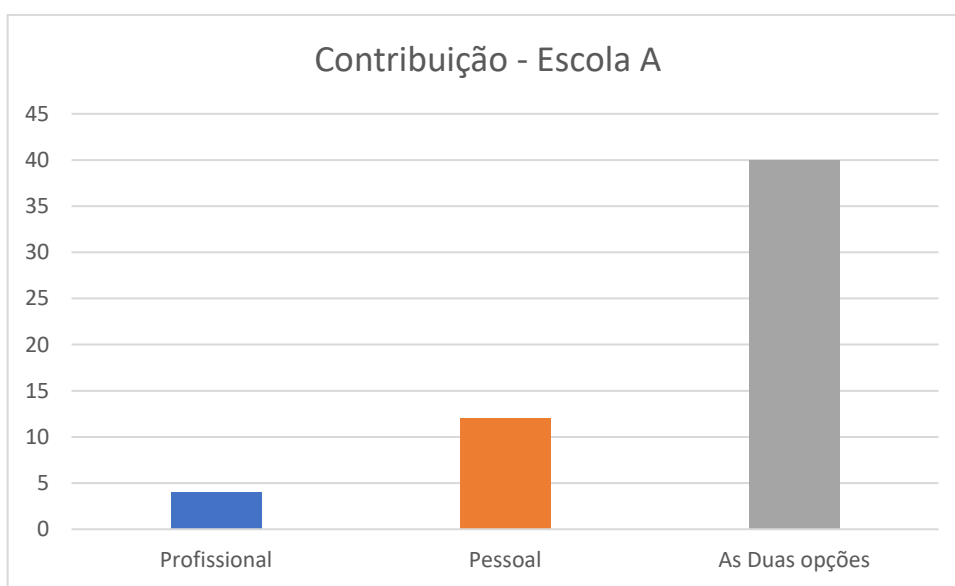


Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).

Os resultados mostram uma grande parcela dos alunos busca a realização pessoal, não obstante o trabalho e a motivação financeira sejam também importantes, o interesse em voltar aos estudos em busca de uma realização pessoal se destacou entre os diversos motivos. Sendo ainda o primeiro dado em conformidade de ambas as escolas.

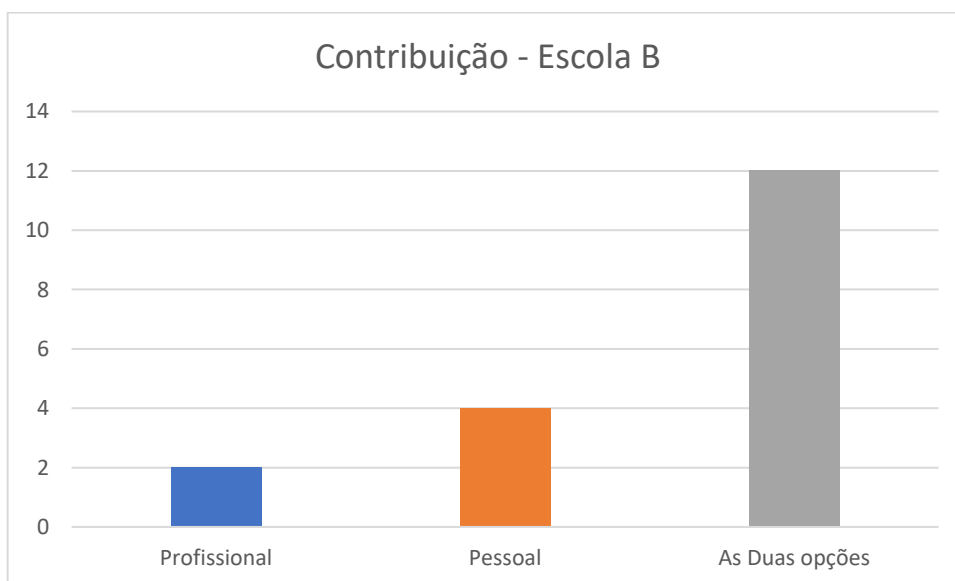
Buscando saber sobre decisão de voltar a estudar e a contribuição de alguma maneira para a vida do estudante, as respostas apresentadas foram:

Figura 11 – Contribuição dos estudos para a vida – Estudantes Escola A.



Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).

Figura 12 – Contribuição dos estudos para a vida – Estudantes Escola B.

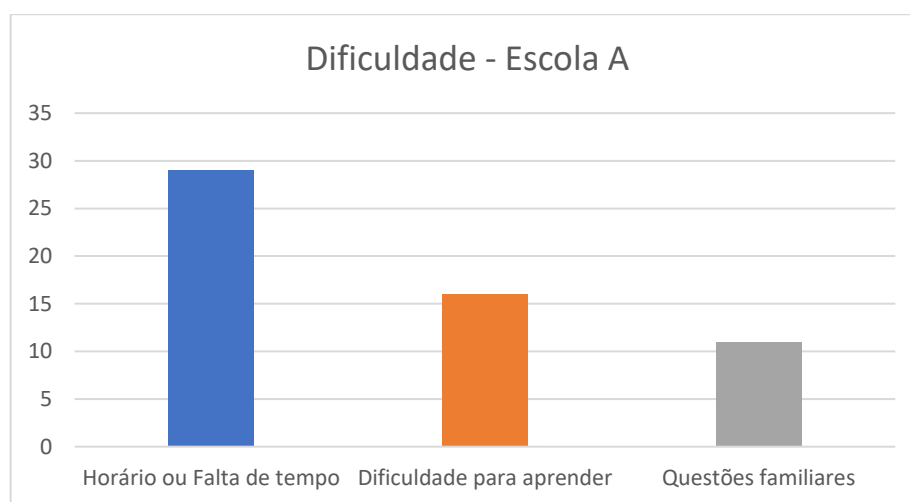


Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).

Analisando os dados é possível verificar que a volta para os estudos contribuiu de forma igualitária para a vida pessoal e profissional dos alunos. Romanelli (2005) ressalta as reformas que ocorram no ensino de alfabetização com a criação de diversos programas que auxiliam o jovem e o adulto com uma melhor função de tempo, custo e principalmente efetividade, ao se analisar os gráficos, ambos se enquadram neste objetivo, harmonizando com o destacado pelo o autor ressalta.

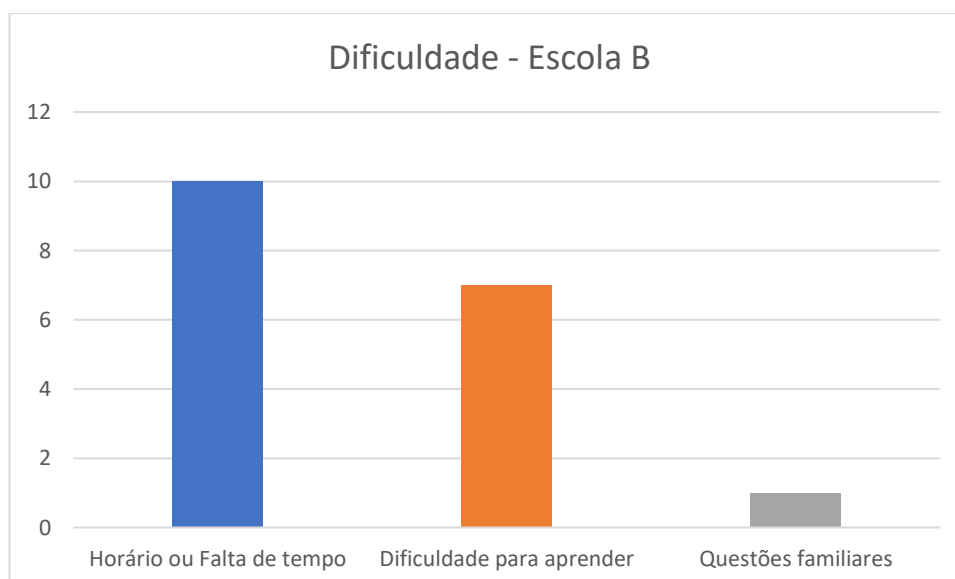
A sétima questão refere-se a maior dificuldade do estudante no retorno aos estudos. Abaixo são apresentadas as respostas recebidas.

Figura 13: Dificuldades encontradas no retorno escolar – Alunos da Escola A.



Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).

Figura 14: Dificuldades encontradas no retorno escolar – Alunos da Escola B



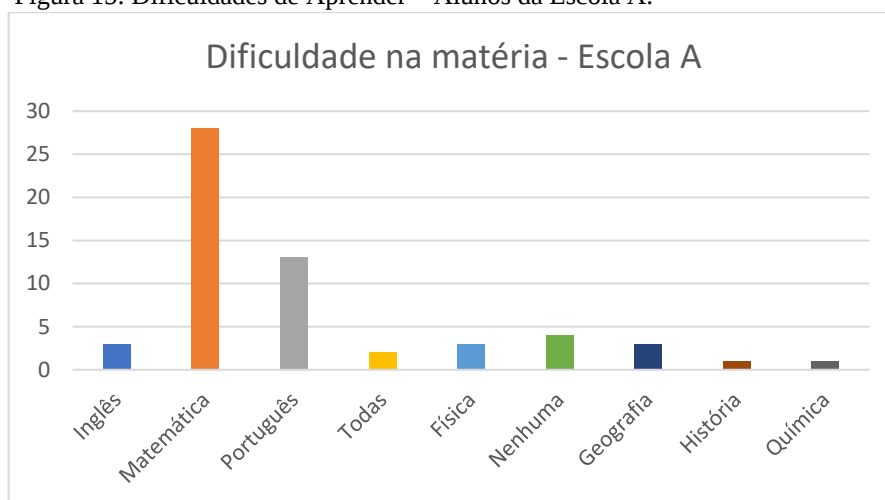
Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).

Ambos os gráficos mostram um alto percentual quanto a problemáticas de horário, falta de tempo e ainda de dificuldades de aprender, sendo as respostas mais predominantes em ambas as escolas.

Apesar da dificuldade enfrentada por esses alunos, a modalidade EJA auxilia na busca de qualidade de vida. O governo do Estado de São Paulo criou um novo programa EJATEC, sendo uma das modalidades do Novo Ensino Médio para a Educação De Jovens e Adultos. O programa conecta a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com a Educação Profissional em EAD, visando aumentar a empregabilidade dos estudantes e estimular a continuidade dos estudos.

A oitava questão realizada para os estudantes buscou saber qual matéria que trazia dificuldade de aprender para cada um.

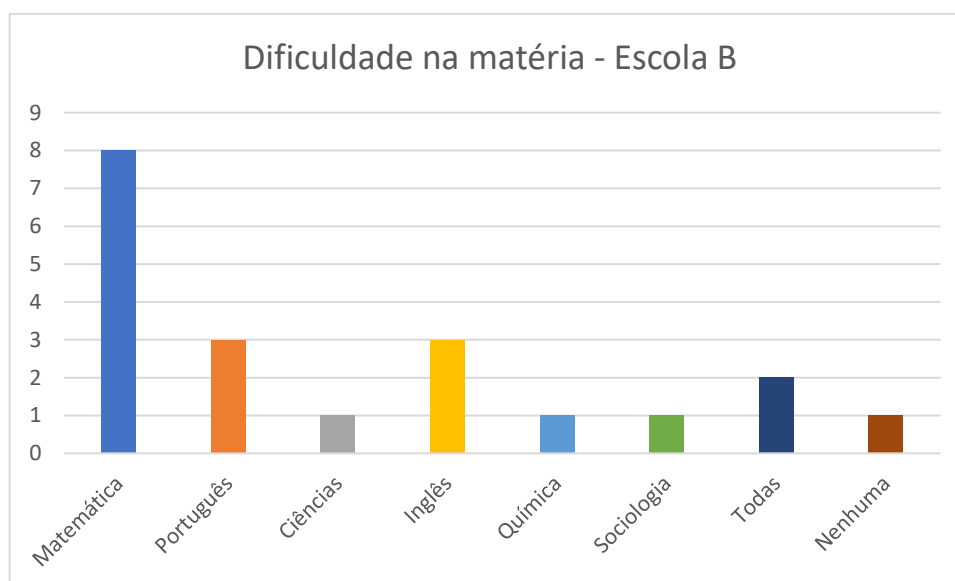
Figura 15: Dificuldades de Aprender – Alunos da Escola A.



Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).

Na escola A verificou-se que as matérias que os alunos EJA encontram mais dificuldade em aprender são: matemática e português, entre 25 e 30 alunos apresentaram maior dificuldade com matemática, enquanto entre 10 e 15 alunos apresentaram maior dificuldade em português. Salienta-se que os dados referentes a outras matérias foram relatados por menos de 5 alunos.

Figura 16: Dificuldades de Aprender – Alunos da Escola B.



Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).

Na escola B as respostas foram semelhantes da escola A quanto a matemática e o português, porém é interessante observar que o inglês também se mostrou em destaque como matéria complexa para os alunos.

Ambos os gráficos apontam dificuldades em matérias semelhantes, sendo em sua maioria as ensinadas desde os anos iniciais, como por exemplo a matemática.

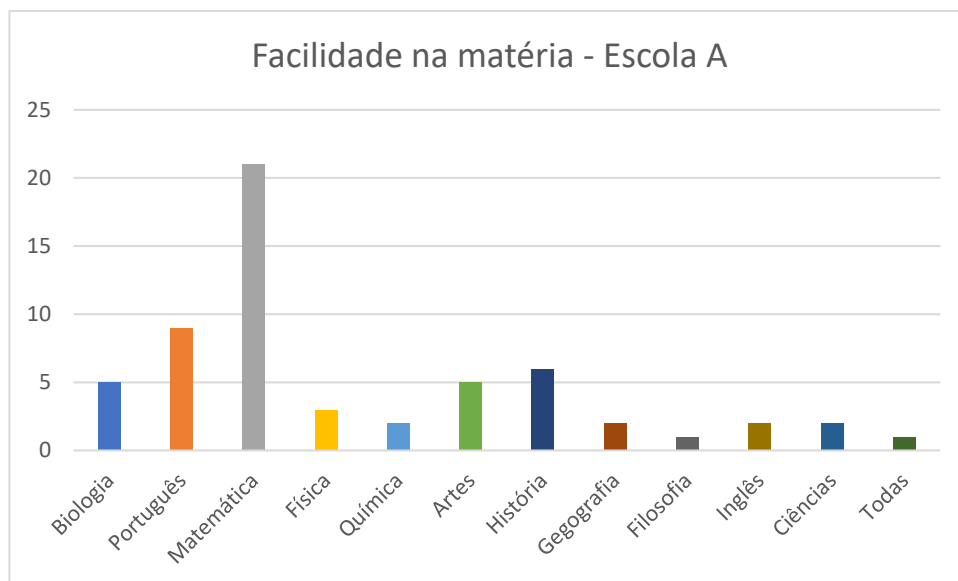
A dificuldade de aprender matemática, que começou no ensino primário ocorre também na EJA, que tem o ensino médio, visto que, conheciam apenas o básico da matemática.

O principal objetivo da nona questão realizada com os alunos EJA das escolas A e B teve como principal objetivo verificar quais são as matérias que os alunos apresentaram maior facilidade de aprendizado.

É importante observar não apenas as dificuldades dos alunos, mas também suas aptidões escolares, desta maneira foi realizada a questão de forma objetiva visando a coleta de dados quantitativos com os alunos.

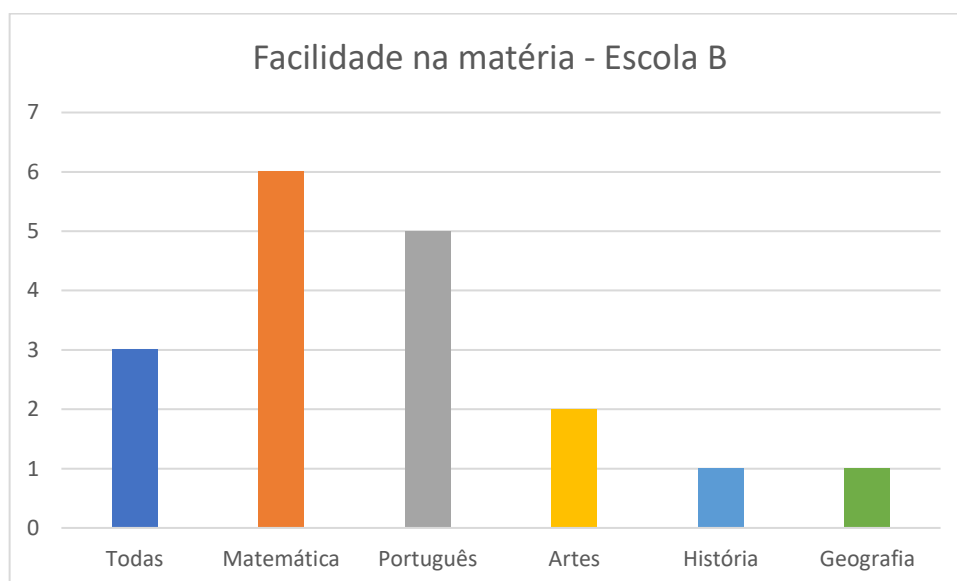
Abaixo apresentamos as respostas apresentadas pelos alunos EJA das escolas A e B para as facilidades de ensino, divididas em matérias:

Figura 17: Facilidades de Aprender – Alunos da Escola A.



Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).

Figura 18: Facilidades de Aprender – Alunos da Escola B.



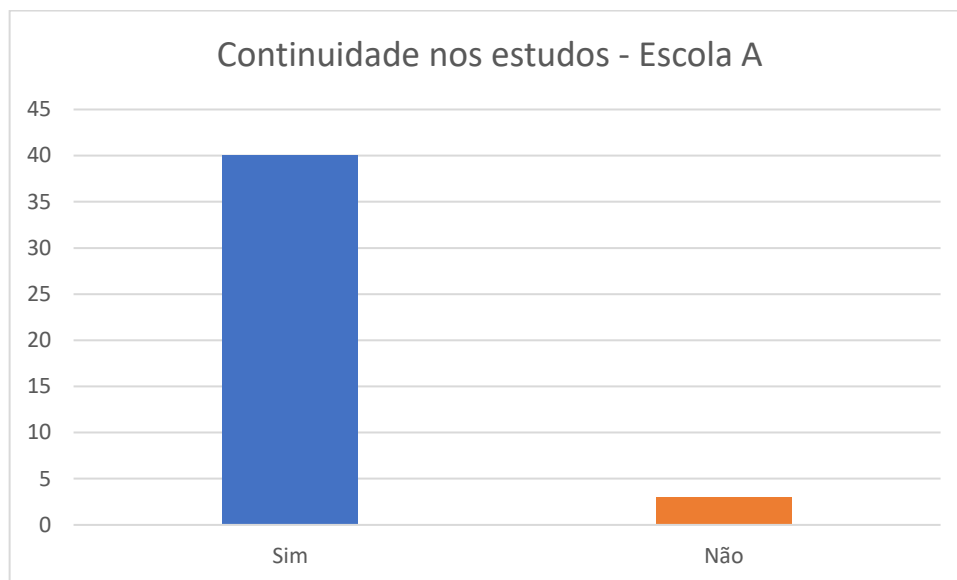
Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).

Analisando os dados das duas escolas as matérias que os alunos possuem mais facilidade são as ensinadas desde os anos iniciais.

Apesar de ser uma dificuldade, a matemática teve um número significativo como a matéria mais fácil de aprender, juntamente com o português, que podemos levar em consideração, que são matérias ensinadas no ensino primário, e que já são de conhecimento prévio desses alunos.

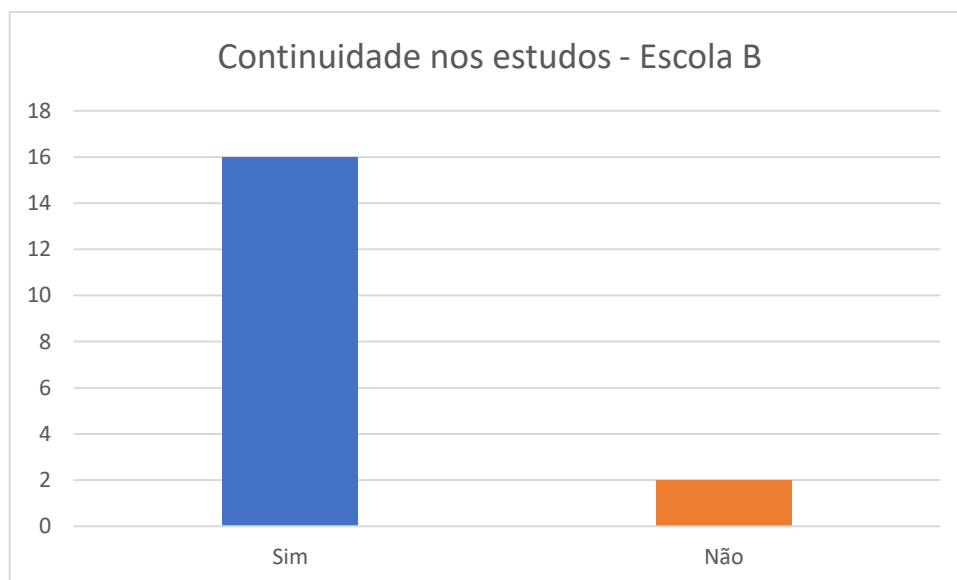
Na última questão pretendeu-se saber sobre o desejo de dar continuidade nos estudos, por parte dos alunos EJA. As respostas obtidas foram:

Figura 19 – Continuidade nos Estudos – Alunos da Escola A.



Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).

Figura 20 – Continuidade nos Estudos – Alunos da Escola B.



Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2022).

Embora a maioria dos alunos pretende continuar os estudos, ainda há quem não se interesse em dar continuidade. Mas é satisfatório saber que ainda assim há um número muito considerável de alunos pretendem dar continuidade aos estudos.

E, para Acosta (2018), assim como o ENEM e hoje o ENCCEJA adquiriram uma enorme proporção de participantes, sendo considerados umas das principais portas de entrada para o ensino profissionalizante e posteriormente à educação superior.

Contudo, ao observar os dados, é nítido o interesse dos alunos em dar continuidade nos estudos, já que os mesmos, entendem que a EJA abre portas para que eles possam ter uma perspectiva de vida melhor.

4.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS

Com base na análise dos gráficos das escolas A e B, foi possível comprovar, conforme Beisiegel (1974) sobre a garantia do ensino primário gratuito, para todos os cidadãos, firmados por leis do Brasil, e que os alunos pesquisados tiveram de fato essa garantia no ensino.

Para Haddad e Di Pierro (2000), no período do império, somente uma pequena parcela da população possuía cidadania, sendo pertencentes às elites econômicas, a qual tinha direito a educação primária.

Segundo o Ato Adicional de 1834, a responsabilidade das províncias era somente da instrução primária e secundária destinada a todos, ou seja, nesse período a educação de jovens e adultos passa a ser um ato de caridade de pessoas que eram letradas para os leigos, portanto a alfabetização para essas pessoas não era tratada como direito e sim uma ação filantrópica.

Nota-se a mudança que ocorreu ao longo do processo e que hoje os jovens e adultos tem a educação assegurada pela legislação

Em 1934 foi proposto um Plano Nacional de Educação e o ensino passou a ser responsabilidade do Estado, incluindo uma oferta de Educação aos adultos.

Conforme Zucco e Garcia (2013) os movimentos internacionais que estavam acontecendo nessa época influenciaram e estimularam para que fossem criados programas nacionais de adultos analfabetos. É possível observar como foram ocorrendo essas mudanças durante a década e como isso reflete na atualidade, pois o analfabeto começa a ser visto pela sociedade, assim como seus direitos, principalmente a educação.

Para Aranha (1996), a educação no período ditatorial, era de formação voltada para a mão de obra no mercado no trabalho, e, preparava o indivíduo. O ensino tinha como

aprendizado, o interesse de adaptação profissional, copiando assim, modelo de fábricas e indústrias, a tendência tecnicista privilegia as funções de planejar, organizar, dirigir e controlar, intensificando a burocratização que leva à divisão do trabalho. Com base nisso, podemos analisar o resultado dos gráficos quando o aluno decide parar os estudos e podemos analisar também a idade que ele tinha quando aconteceu, ou seja, supostamente tenha sido alfabetizado da forma tecnicista.

Romanelli (2005) ressalta as reformas que ocorreram no ensino da alfabetização com a criação de diversos programas que auxiliava o jovem e o adulto com uma melhor função de tempo, custo e principalmente efetividade, sendo extremamente significativo ver que foi cada vez mais sendo aprimorado, para que o jovem e o adulto pudessem ter também a oportunidade de se alfabetizar, embora tivessem que trabalhar.

Segundo Beluzo, Toniosso (2015) a LDB deixa explícito que essa modalidade de ensino é de caráter inclusiva e compensatória, devendo ocorrer maior investimento por parte do Estado para elevar o índice de ensino da população. Através disso, conseguimos compreender o resultado dos dados que apontam o número de pessoas mais maduras voltando a estudar, e querendo dar continuidade aos estudos, pois antes não tinham esse direito assegurado e acesso fácil.

A Diretrizes da Educação Básica, Brasil (2001), com as Diretrizes da Educação Básica, objetivam integrar as três etapas básicas, que é a educação infantil, o ensino fundamental de nove anos e o ensino médio, em um único sistema, propondo princípios de organicidade, sequencialidade e articulação para a formação dos alunos, considerando que são sujeitos concretos, integrados ao meio ambiente físico e ao contexto histórico e cultural da sociedade, tendo em vista suas condições corporais, emocionais e intelectuais.

Para firmar que a EJA (Brasil, 2001) é um direito assegurado e está explicitado que esse ensino deve conter cursos e exames supletivos que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter curricular.

Em 2003 começam a serem criados programas para integrar os jovens e adultos na educação e no mercado de trabalho, e para Sterelhow (2010) a partir daí, teve início a ausência do governo federal nos projetos de alfabetização. Os municípios passam a assumir a função da educação de jovens e adultos e, paralelamente, foram feitas muitas experiências de universidades, movimentos sociais e organizações não-governamentais em relação à educação.

Desde, então os programas tiveram um aumento significativo dando mais oportunidade para o cidadão.

Inúmeros programas foram criados com a finalidade de assegurar o cidadão o seu direito de voltar a estudar, e recuperar o que não teve, como por exemplo: PROEJA, ENCCEJA, EJATEC, entre outros. Esses programas auxiliam na educação e na melhoria do mercado de trabalho para o cidadão.

Conclui-se que pela análise dos dados, que os programa e o ensino da EJA encorajam e influenciam o aluno a dar continuidade nos estudos e faz acreditar que é possível ter a realização pessoal que tanto almejam, bem como, a profissional e a realização financeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de Jovens e Adultos ainda é vista por muitos como uma forma de alfabetizar os alunos que não tiveram condições de estudar na infância ou que por algum motivo tiveram que deixar a escola.

A educação brasileira vem sendo marcada por sistemas educacionais extremamente centralizadores e autoritários como questões antidemocráticas na ideologia, causando conflitos, resistências e desafios, tornando impossível a implantação de uma escola que seja capaz de ser democrática e que projete autonomia em seus sujeitos.

Os problemas educacionais no Brasil são marcados pela exclusão das camadas populares da nossa sociedade, que interdita o sujeito ao acesso ao conhecimento e seu universo.

A EJA é mais do que alfabetizar, tendo em vista que no as diferenças sociais e culturais são elevadas e só através da aquisição de cultura e educação que se pode diminuir essa disparidade, já que os analfabetos têm uma participação nula em nossa sociedade.

O estudo de caso realizado nas escolas nos permitiu conhecer um pouco da realidade dos alunos e os motivos que os levaram a evasão escolar em seu período regular.

O resultado dos dados da pesquisa veio ao encontro da pesquisa bibliográfica realizada sobre a educação em outros séculos, e de como a implantação da EJA tem sido importante para formar cidadãos críticos para a sociedade, além de possibilitar uma expectativa de vida pessoal e profissional.

Através do presente trabalho observou-se através dos dados obtidos, que a busca pela qualidade de vida vem se tornando cada vez mais uma prioridade do ser humano, não somente procurando uma qualidade de vida financeira melhor como também a realização pessoal.

Os problemas educacionais no Brasil são marcados pela exclusão das camadas populares da nossa sociedade, que interdita o sujeito ao acesso do conhecimento e seu universo.

Alfabetização de adultos é um desafio, tanto para os governantes, professores e também para sociedade e o próprio educando, já que alfabetizar não significa apenas ler e sim desenvolver o aluno como ser humano e assim integrar-se ao mundo.

É importante que o docente analise seu exercício profissional como professor e educador, que represente todo seu compromisso com a sociedade, pois sua responsabilidade é de preparar os cidadãos para que atuem na sociedade, na família no trabalho e na vida política e cultural.

Para que se consolide um bom aprendizado também é preciso uma gestão democrática, que deverá levar em conta o diálogo entre todos os envolvidos: alunos, professores, gestores e demais funcionários.

Assim como a importância da educação de forma geral e em especial a jovens e adultos, conclui-se que é fundamental que o educador leve em consideração a bagagem que o educando traz consigo, da sua realidade para o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ACOSTA, J. L. D. A. **ENCCEJA NA EVASÃO ESCOLAR DA EJA: um estudo de caso**. Santana do Livramento, 2018.

ALMEIDA, J. R. P. D. Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação. **EDUC/INEP/MEC**, São Paulo, 2000.

ANDRADE, M. M. D. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2001.

ARANHA, M. L. D. A. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moema, 1996.

ARROYO, M. G. Educação & Sociedade. **Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores**, v. 68, 1999 Dezembro.

BEISIEGEL, C. D. R. **Estado e educação popular**. São Paulo: Pioneira, 1974.

BELUZO, M. F.; TONIOSSO, J. P. O Mobral e a alfabetização. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro, v. 2, n. 1, p. 196-209, 2015.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 03 nov 2021.

BRASIL. Normas Brasil, Brasília. **Resolução CEB/CNE nº 3 de 15/06/2010**, 2010. Disponível em: <[https://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=113429#:~:text=5%C2%BA%20Obedecidos%20o%20disposto%20no,15%20\(quinze\)%20anos%20completos](https://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=113429#:~:text=5%C2%BA%20Obedecidos%20o%20disposto%20no,15%20(quinze)%20anos%20completos)>. Acesso em: 06 nov 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Brasília. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/579494/publicacao/16434817>>. Acesso em: 3 nov 2021.

BRASIL. **Enceja 2018**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília. 2018.

BRASIL. Ministério da República. **Diretrizes para a educação básica**, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12992-diretrizes-para-a-educacao-basica>>. Acesso em: 06 nov 2021.

CARVALHO, L. R. **As reformas pombalinas da Instrução Pública**. São Paulo: Saraiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, C. M. D. **Discutindo conceitos básicos, salto para o futuro - Educação de jovens e adultos**. Brasília, 1999.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

FLORES, T. M. D.; MELO, F. S. D. **LDB, EJA e PROEJA: tensões, limites e avanços**. 01. ed. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2015.

FREIRE, P. Cartas a Cristina. **UNESP**, SÃO PAULO, n. 2ª, p. 193, 2002.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação Social**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, out 2005.

GONÇALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

HADDAD, S.; PIERRO, M. C. D. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108 a 194, Mai/Jun/Jul/Ago 2000.

HORIGUTI, A. C. Docplayer. **Do mobral ao PROEJA: conhecendo e compreendendo as propostas pedagógicas**, 2009. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/8618413-Do-mobral-ao-proeja-conhecendo-e-compreendendo-as-propostas-pedagogicas.html>>. Acesso em: 14 mar 2022.

IRELAND, T. D. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, v.1. **Revisitando a CONFINTEA: sessenta anos de defesa e promoção da educação de adulto**, 2013. Disponível em: <www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article//241/206>. Acesso em: 2022 mar 08.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOPES, S. P.; SOUZA, L. S. Fórum EJA. **Eja: uma educação possível ou mera utopia?**, São Paulo, nov 2010. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/ac/book/export/html/61>>. Acesso em: 04 mar 2022.

MACIEL, L. S. B.; SHIGUNOV NETO, A. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-476, set./dez. 2006.

MARCHELLI, P. S. Da LDB 4.024/61 ao debate contemporâneo sobre as bases. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1480, out/dez 2014. ISSN 1809-3876.

NASCIMENTO, S. M. **A história da educação de jovens e adultos no Brasil**. Paranaíba, 2013.

NISKIER, A. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000**. 7ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

OLIVEIRA, S. L. D. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira, 1997.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. 5ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

PIERRO, M. C. D.; JOIA, O.; MASSAGÃO, V. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil**. 55. ed. Campinas: Caderno CEDES, v. 21, 2001. ISBN http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622001000300005&script=sci_arttext Acesso em: 08 mar 2022.

PIERRO, M. C. D.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, Nov 2001.

PORCARO, R. C. Unifeso. **A história da educação de jovens e adultos no Brasil**, 2007. Disponível em: <https://pedagogiaunifeso.webnode.com.br/_files/200000464-

0b8b90c86d/A%20HIST%C3%93RIA%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20JOVENS%20E%20ADULTOS%20NO%20BRASIL.pdf>. Acesso em: 08 mar 2022.

QUEIROZ, S. R. D. **Dicionário de datas históricas**. São Paulo: Contexto, 2007.

RANGEL, E. A. Docplayer. **Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil: problema estrutural para o desenvolvimento nacional**, 2011. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/2808433-Jovens-e-adultos-trabalhadores-poucoescolarizados-no-brasil.html>>. Acesso em: 04 mar 2022.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROCHA, M. A. D. S. A Educação pública antes da independência. **UNIVESP**, p. 16, 2005.

ROMANELLI, O. D. O. **História da Educação no Brasil**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SÃO PAULO. **Currículo Paulista**. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. São Paulo. 2020.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SAVIANI, D. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SERRÃO, J. V. **História de Portugal: o despotismo iluminado (1750-1807)**. Lisboa: Editorial Verbo, v. 6, 1982.

SERRÃO, L. **Exames para certificação de conclusão de escolaridade: os casos do ENCCEJA e do ENEM**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

STRELHOW, T. B. Revista HISTEDBR Online. **Breve história de jovens e adultos no Brasil**, 2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf>. Acesso em: 18 set 2021.

VIEIRA, M. C. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos**, 2004.

ZUCCO, A. C.; GARCIA, B. N. **Educação de jovens e adultos: breve histórico do Brasil - Colônia à Atualidade**, 2013.

APÊNDICE – Questionário aplicado aos alunos das escolas A e B

1- Quantos anos você tem?

2- Qual seu sexo?

3- Com qual idade parou de estudar?

4- Por qual motivo parou de estudar?

() Trabalho () Familiar

5- Por qual razão voltou a estudar?

() Financeiro
() Trabalho
() Realização pessoal

6- A sua decisão de voltar a estudar contribuiu de alguma maneira para sua vida?

() Pessoal
() Profissional

() As duas opções

7- Qual foi a maior dificuldade que você encontrou ao voltar estudar?

() Horário ou falta de tempo
() Dificuldade para aprender
() Questões familiares

8- Qual matéria tem mais dificuldade de aprender?

9- Qual matéria tem mais facilidade de aprender?

10 – Pretende dar continuidade nos estudos?

() Sim () Não